

PLANO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIOMASSA DE MATO GROSSO 2026-2040

PLANO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIOMASSA DE MATO GROSSO

2026-2040

Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso

© **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso – SEDEC**

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos, ideias e imagens é dos respectivos autores.

Coordenação Institucional

Secretário Estado de Desenvolvimento Econômico

César Alberto Miranda Lima dos Santos Costa

Secretaria Adjunta de Agronegócio, Crédito e Energia

Linacis Roberta Pinho da Silva Vogel Lisboa

Superintendência de Agronegócio e Energia

Camila Bez Batti Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Florestal

Larissa Mayara de Oliveira Neves

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Mauren Lazzaretti

Secretária Adjunta de Licenciamento e Recursos Hídricos

Lilian Ferreira dos Santos

Superintendência de Gestão Florestal

Tatiana Paula Marques de Arruda

Coordenadoria de Recursos Florestais

André Luiz Bressiani

Equipe técnica

Allison Murilo de Arruda
Eliane Peres dos Santos
Filipe Mincache Ueoka
Lucas da Silva Souza
Suely de Fátima
Menegon Bertoldi

Registra-se o reconhecimento à contribuição técnica dos servidores Daniel Silveira Cintra e Francielle Fonseca de Souza, que participaram da elaboração inicial deste Plano, no período em que integravam a equipe da Coordenadoria de Desenvolvimento Florestal – SEDEC/MT.

Instituições participantes

MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DESENVOLVE FLORESTA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso – SEDEC

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT

Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso – CIPEM

Associação de Reflorestadores de Mato Grosso – AREFLORESTA

Mensagem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento do setor florestal representa uma das grandes oportunidades estratégicas para o futuro econômico de Mato Grosso. Em um estado que já se consolidou como potência agropecuária global, a expansão sustentável da base florestal abre novas fronteiras de geração de valor, diversificação produtiva e atração de investimentos industriais.

O Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso estabelece uma visão estruturada e de longo prazo para o setor, orientando políticas públicas e iniciativas voltadas à ampliação da silvicultura, ao fortalecimento do manejo florestal sustentável e ao desenvolvimento de cadeias produtivas associadas à madeira, à biomassa e à bioeconomia florestal.

Mais do que ampliar a produção, este Plano busca organizar e qualificar o crescimento do setor, criando condições para que Mato Grosso avance na industrialização de sua base florestal, fortaleça a segurança energética das cadeias agroindustriais e amplie a agregação de valor aos recursos naturais produzidos no estado.

A expansão das florestas plantadas e o fortalecimento do manejo florestal sustentável, bem como da cadeia produtiva florestal e da biomassa, constituem instrumentos estratégicos para transformar ativos naturais em oportunidades de desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e fortalecimento da competitividade regional.

A implementação deste Plano também reforça o compromisso do governo de Mato Grosso com um modelo de desenvolvimento que concilia produção, inovação e sustentabilidade, contribuindo para a consolidação do estado como referência nacional em economia de base florestal.

O sucesso dessa agenda depende da articulação entre governo, setor produtivo, instituições de pesquisa e sociedade. Por essa razão, o Plano foi construído de forma participativa, reunindo contribuições de diferentes instituições e especialistas que atuam no setor florestal.

Ao estabelecer diretrizes claras para os próximos anos, Mato Grosso reafirma seu compromisso com um desenvolvimento econômico moderno, competitivo e alinhado às demandas de sustentabilidade que marcam o cenário global.



**César Alberto Miranda
Lima dos Santos Costa**

Secretário de Estado de
Desenvolvimento Econômico

Governo do Estado
de Mato Grosso

Mensagem da Secretária de Estado de Meio Ambiente

Mato Grosso possui uma das maiores riquezas florestais do país. A presença de extensas áreas de floresta nativa, associada ao potencial para expansão de florestas plantadas, confere ao estado uma posição estratégica na construção de um modelo de desenvolvimento que valorize os recursos naturais e promova a sustentabilidade econômica e ambiental.

O Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso representa um instrumento fundamental para orientar o uso responsável das florestas, conciliando conservação ambiental, geração de renda e fortalecimento das cadeias produtivas associadas ao setor florestal.

O manejo florestal sustentável constitui uma ferramenta essencial para garantir a manutenção da floresta em pé, permitindo o uso econômico dos recursos naturais de forma planejada, com respeito aos ciclos ecológicos e à conservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, a expansão das florestas plantadas contribui para ampliar a oferta sustentável de madeira e fortalecer a transição para uma economia de baixo carbono.

O Plano dialoga diretamente com importantes políticas ambientais do estado, como a agenda de carbono neutro, as estratégias de produção sustentável e os esforços voltados à valorização da bioeconomia.

Mais do que um instrumento de planejamento, esta iniciativa representa um compromisso coletivo com a construção de um futuro em que desenvolvimento econômico e conservação ambiental caminhem de forma integrada.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente reafirma seu compromisso com o fortalecimento da governança florestal, com o aprimoramento dos instrumentos de gestão ambiental e com o estímulo a práticas produtivas que assegurem a conservação dos ecossistemas e a prosperidade das gerações futuras.



Mauren Lazzaretti

Secretária de Estado
de Meio Ambiente

Governo do Estado
de Mato Grosso

Síntese Estratégica

Visão 2040

Consolidar Mato Grosso como referência nacional em produção florestal sustentável, integrando florestas plantadas, manejo florestal sustentável e o desenvolvimento da cadeia produtiva florestal, contribuindo para o desenvolvimento econômico, a segurança energética e a transição para uma economia de baixo carbono.

Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento estruturado, competitivo e sustentável do setor florestal de Mato Grosso, por meio da expansão da base de florestas plantadas, do fortalecimento do manejo florestal sustentável e do desenvolvimento da cadeia produtiva florestal, com ampliação da agregação de valor aos produtos de origem florestal e ao aproveitamento da biomassa como fonte estratégica de energia e insumo industrial, contribuindo para a conservação ambiental, o uso responsável dos recursos florestais e o fortalecimento da competitividade das atividades produtivas no estado.

Pilares Estratégicos

1. Expansão da Base de Florestas Plantadas

Este pilar busca ampliar a produção florestal no estado por meio do crescimento da área de florestas plantadas, com foco na produção sustentável de madeira e biomassa. O pilar prioriza o aproveitamento produtivo de áreas antropizadas, o fortalecimento da cadeia de insumos e o estímulo à adoção de sistemas produtivos eficientes e integrados.

2. Fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável

Este pilar busca expandir e qualificar o manejo florestal sustentável em florestas nativas e promover a valorização econômica da floresta em pé e a ampliar a escala produtiva. Busca fortalecer a oferta de madeira de origem manejada, com garantia de sustentabilidade ambiental e competitividade nos mercados nacional e internacional.

3. Fortalecimento da Cadeia Produtiva Florestal e da Biomassa

Este pilar busca o foco na cadeia produtiva florestal e expandir a agregação de valor aos produtos e recursos florestais. Inclui o desenvolvimento industrial da madeira, a promoção da bioeconomia baseada em recursos florestais e o aproveitamento da biomassa como insumo energético e industrial, contribuindo para ampliar a segurança de suprimento e a competitividade das indústrias instaladas no estado.

Sumário

- 4.1. PANORAMA DA SILVICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO - **19**
- 4.2. PANORAMA DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE MATO GROSSO - **29**
- 5. DESAFIOS ESTRUTURAIS DO SETOR - **39**
- 5.2. INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO FLORESTAL - **41**
- 5.3. CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COMO BASE DA PRODUTIVIDADE FLORESTAL - **43**
- 5.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO FLORESTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO - **44**
- 5.5 SÍNTESE ESTRATÉGICA DO DIAGNÓSTICO - **46**
- 6. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS - **47**
- 6.1. DIRETRIZES DO PILAR 1 – EXPANSÃO DA BASE DE FLORESTAS PLANTADAS - **47**
- 6.2. DIRETRIZES DO PILAR 2 – FORTALECIMENTO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL - **52**
- 6.3. DIRETRIZES DO PILAR 3 – FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA FLORESTAL E DA BIOMASSA - **56**
- 8. IMPLEMENTAÇÃO E GOVERNANÇA DO PLANO - **65**
- 9. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO - **67**
- ANEXO I - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO PLANO - **68**

1. RESUMO EXECUTIVO

O Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso 2026–2040 define uma estratégia integrada para que o setor florestal consolide-se como um dos grandes vetores de desenvolvimento econômico sustentável do estado. Apoiado nas condições produtivas do território e na ampla disponibilidade de áreas já antropizadas com potencial de recuperação, Mato Grosso reúne características singulares para tornar-se uma das principais áreas de expansão da base florestal no Brasil.

Estimativas preliminares apontam que o estado possui potencial de expansão da base florestal, capaz de ampliar de forma significativa a oferta de madeira e biomassa para uso industrial e energético. Neste sentido, o Plano orienta a conversão desses ativos territoriais em cadeias de valor modernas, competitivas e alinhadas à transição para uma economia de baixo carbono.

O Plano também encontra-se alinhado às diretrizes e estratégias estabelecidas nas políticas nacionais voltadas ao desenvolvimento das florestas plantadas, à produção sustentável e à economia de baixo carbono. Essa convergência fortalece a integração das iniciativas estaduais com a agenda nacional de desenvolvimento florestal, ampliando oportunidades de cooperação institucional, atração de investimentos e acesso a instrumentos de financiamento voltados à expansão sustentável do setor.

A estratégia está estruturada em três pilares: (i) a expansão da silvicultura com o aumento da base de florestas plantadas em áreas prioritariamente degradadas e a adoção de sistemas de integração; (ii) o fortalecimento do manejo florestal sustentável em florestas nativas, com a valorização econômica da floresta em pé; e (iii) o fortalecimento da cadeia produtiva florestal e da biomassa. Essa abordagem permite ampliar de forma organizada a oferta de matéria-prima, e gerar novas oportunidades de renda e emprego no meio rural.

O Plano estabelece como resultados de longo prazo a expansão da base de florestas plantadas de aproximadamente 298,35 mil hectares para 700 mil hectares até 2040. No manejo florestal sustentável, projeta-se alcançar 6.5 milhões de hectares sob manejo até 2040. Complementarmente, o Plano estabelece a meta de ampliar em 30% as exportações de produtos florestais, bem como a comercialização de produtos florestais não madeireiros. Para a cadeia produtiva e biomassa, os resultados projetados incluem a atração de indústrias de transformação de alto valor agregado, a integração de resíduos à matriz industrial (circularidade), a garantia de segurança de suprimento em polos logísticos e a rastreabilidade total da matéria-prima por meio de certificação florestal.

Mais do que expandir a produção, o Plano busca organizar e qualificar o uso da madeira e da biomassa promovendo maior eficiência econômica e segurança de abastecimento, alicerçada na promoção do princípio da máxima utilização dos recursos naturais, evitando desperdícios e ampliando a eficiência do uso da biomassa disponível de todas as fontes (florestais, agroindustriais e industriais). A biomassa energética permanece como componente prioritário para a

matriz industrial do estado, contribuindo para a segurança energética ao mesmo tempo em que se estimula a ampliação gradual da produção de produtos de maior valor agregado.

O Plano também prevê a atração de investimentos voltados à produção e ao uso de madeiras engenheiradas, com destaque para madeira laminada e madeira laminada colada – MLC, ampliando a agregação de valor à produção florestal no estado. Essas soluções apresentam elevado potencial de aplicação na construção civil, em estruturas industriais, comerciais e habitacionais, além de possibilitarem novos usos da madeira em substituição a materiais convencionais como concreto e aço, além de ampliar as possibilidades de uso da madeira na produção de celulose e bioprodutos.

A atração e consolidação de indústrias de base florestal são tratadas como eixo central dessa transformação, criando condições para o processamento local da matéria-prima, para a formação de polos regionais de desenvolvimento e para o adensamento das cadeias produtivas de madeira e biomassa. Investimentos em tecnologia, inovação e qualificação profissional, aliados ao fortalecimento da assistência técnica, ao acesso ao crédito e à segurança jurídica, são pilares para ampliar a participação de diferentes perfis de produtores nas cadeias florestais.

A implementação do Plano será orientada por um arranjo de governança ancorado no Conselho Gestor do Fundo Desenvolve Floresta e em uma Câmara Técnica de Acompanhamento, ambas responsáveis por priorizar ações, acompanhar resultados e propor ajustes periódicos. Esse modelo busca garantir transparência, previsibilidade e foco na entrega de resultados, conectando o Plano a iniciativas estratégicas já em curso no estado, como o Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária ABC+ MT, o Programa Carbono Neutro 2035, o Programa REM e o Instituto Produzir, Conservar e Incluir – PCI. Ao integrar produção, conservação e industrialização, o Plano posiciona Mato Grosso como referência nacional em produção florestal sustentável e bioeconomia florestal.

2. INTRODUÇÃO

Mato Grosso, localizado no coração da América do Sul e na região Centro-Oeste do Brasil, abriga três dos principais biomas do país — Amazônia, Cerrado e Pantanal — que ocupam, respectivamente, cerca de 53%, 40% e 7% de seu território, integrando também a Amazônia Legal. Com extensão territorial de 903.357 km² e fronteiras com os estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul, além da Bolívia, o estado reúne condições geográficas, ambientais e produtivas singulares para o desenvolvimento sustentável.

Reconhecido nacional e internacionalmente como o “celeiro do Brasil”, Mato Grosso consolidou-se como um dos principais polos agrícolas do mundo, apoiado em vastas áreas agricultáveis, condições climáticas favoráveis e investimentos contínuos em tecnologia e infraestrutura logística. O estado é líder absoluto na produção de grãos no país, respondendo por 32% da produção nacional na safra 2024/25, com 112,39 milhões de toneladas, incluindo 51,3 milhões de toneladas de soja (30%) e 55,1 milhões de toneladas de milho (39%). Destaca-se também na produção de algodão, com 6,92 milhões de toneladas (70% do total nacional), além de possuir o maior rebanho bovino do Brasil, com 31,6 milhões de cabeças.

No cenário econômico, Mato Grosso é o principal exportador agropecuário do país, com US\$ 21,2 bilhões em exportações em 2025 (27,3% do total nacional), tendo a China como principal parceiro comercial. O estado também apresenta o maior crescimento acumulado do PIB entre as unidades federativas, alcançando R\$ 255,5 bilhões. Além disso, destaca-se como líder nacional na produção de etanol de milho, com 5,66 bilhões de litros (72% da produção brasileira) e projeções de expansão significativa até 2030/31, consolidando sua relevância estratégica tanto na segurança alimentar quanto na transição para uma matriz energética mais sustentável.

Esse perfil produtivo, aliado à expressiva cobertura florestal e à diversidade de usos da terra, posiciona Mato Grosso de forma singular para avançar na integração entre produção agropecuária e desenvolvimento florestal sustentável. Nesse cenário, o setor florestal assume papel estratégico na diversificação produtiva e na ampliação da agregação de valor à economia estadual, integrando florestas plantadas, manejo florestal sustentável e sistemas produtivos integrados, como a integração lavoura-pecuária-floresta e outros arranjos agroflorestais.

Atualmente, os plantios florestais concentram-se principalmente na produção de biomassa para geração de energia, toras destinadas à madeira tratada e toras de maior valor agregado voltadas à exportação, especialmente no caso da teca. Contudo, o crescimento da base florestal e a consolidação da cadeia produtiva podem viabilizar novas oportunidades industriais, incluindo a produção de celulose, painéis de madeira, compensados e chapas, ampliando o papel das florestas plantadas na bioeconomia estadual.

A expansão da silvicultura em Mato Grosso deverá priorizar áreas já antropizadas, especialmente pastagens degradadas ou de baixa aptidão agrícola, respeitando a aptidão territorial,

promovendo sua recuperação produtiva e o uso eficiente do território, sem a necessidade de abertura de novas áreas. Sob esta ótica, as florestas plantadas contribuem para a recomposição de serviços ecossistêmicos, o sequestro de carbono, a conservação do solo e a geração de renda no meio rural.

Em Mato Grosso, esse movimento reflete-se na expansão da área de florestas plantadas, que atingiu aproximadamente 252 mil hectares em 2023, impulsionada, sobretudo, pela demanda por biomassa para geração de energia e pela expansão das agroindústrias, com destaque para o etanol de milho. (Fonte: CANOPY, 2024; ESG Tech, 2024).

O manejo florestal sustentável consolida-se como instrumento estratégico para o uso racional das florestas nativas, o aproveitamento econômico sustentável aliado à conservação ambiental. Sua adoção contribui para a regeneração dos ecossistemas, a conservação da biodiversidade, a manutenção da conformidade com a legislação ambiental e a preservação dos serviços ecossistêmicos, além de gerar benefícios sociais e econômicos. Mato Grosso já apresenta avanços relevantes neste campo, com cerca de 5,3 milhões de hectares sob manejo florestal sustentável, aproximando-se das metas estabelecidas para 2030, o que reforça seu papel como vetor de desenvolvimento econômico e valorização das cadeias produtivas florestais, especialmente em regiões onde o uso sustentável da floresta representa alternativa econômica estratégica.

Inserida em um contexto nacional de forte expansão, a silvicultura ocupa papel estratégico. Em 2024, o Brasil registrou 10,52 milhões de hectares de árvores plantadas, com geração de R\$ 42,8 bilhões em valor da produção. Entre 2019 e 2023, o valor da produção dos produtos madeireiros oriundos dessas florestas cresceu mais de 100%, evidenciando o dinamismo do setor.

Diante desse quadro, a criação do Fundo de Desenvolvimento Florestal de Mato Grosso, instituído pela Lei Complementar 698/2021, que alterou a Lei Complementar 233/2005, representa um marco para o fortalecimento do setor florestal estadual. O fundo tem como finalidade garantir a oferta contínua e sustentável de matéria-prima florestal, fomentar a produção de madeira e biomassa, apoiar a pesquisa, a assistência técnica, a extensão florestal, o reflorestamento e o manejo florestal sustentável, além de viabilizar o cumprimento da reposição florestal obrigatória por meio do pagamento da taxa correspondente.

Frente a essa situação, o estado de Mato Grosso estabelece, por meio do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso, uma estratégia integrada e de longo prazo para o desenvolvimento do setor, orientando políticas públicas, promovendo a articulação institucional e assegurando maior efetividade na implementação de instrumentos e iniciativas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas de base florestal, incluindo o direcionamento estratégico da aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Florestal.

O Plano organiza esse direcionamento por meio da definição de diretrizes, objetivos e prioridades, estruturando uma abordagem integrada entre florestas plantadas e manejo florestal sustentável, em alinhamento às políticas públicas estaduais e às diretrizes nacionais. Sua go-

vernança é exercida pelo Conselho Gestor do Desenvolve Floresta – CGDF/MT, responsável por definir prioridades, aprovar programas e acompanhar os resultados das ações apoiadas, conferindo maior estabilidade e direcionamento às decisões públicas e privadas.

Estruturado com perspectiva de longo prazo, o Plano adota como referência a Visão 2040, orientada à consolidação de Mato Grosso como novo polo brasileiro de desenvolvimento florestal sustentável, promovendo a integração entre desenvolvimento econômico, segurança energética e conservação ambiental. Essa abordagem permite articular ações de curto, médio e longo prazo, conferindo maior previsibilidade, consistência e capacidade de atração de investimentos ao setor.

Alinhado a iniciativas estratégicas já em curso no estado, como o Plano ABC+ Mato Grosso 2020–2030, Programa Carbono Neutro 2035, Programa REM e o Instituto Produzir, Conservar e Incluir – PCI, o Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso busca promover a expansão da produção florestal sustentável, fortalecer a governança, incentivar a inovação tecnológica e ampliar os benefícios econômicos, sociais e ambientais do setor.

Diante disso, o Plano constitui um instrumento estratégico para consolidar o estado como protagonista nacional em produção florestal sustentável, promovendo o equilíbrio entre produção e conservação e assegurando benefícios duradouros para a sociedade mato-grossense.

Mato Grosso reúne fatores altamente favoráveis para a atração de investimentos no desenvolvimento florestal, combinando disponibilidade de áreas aptas, condições edafoclimáticas competitivas e crescente demanda por produtos de base florestal. Diante desse potencial, o Plano orienta a estruturação de um ambiente de negócios mais previsível e seguro, com diretrizes voltadas à redução de entraves regulatórios, à ampliação do acesso a crédito e à melhoria da infraestrutura logística. A expansão da base florestal plantada proposta neste Plano prioriza a utilização de áreas já antropizadas, especialmente pastagens degradadas ou de baixa produtividade, contribuindo para a recuperação produtiva do território.

A escala produtiva potencial, aliada à crescente integração com cadeias industriais e mercados internacionais, reforça o papel estratégico do estado na expansão da produção florestal sustentável no Brasil. A experiência brasileira demonstra que o desenvolvimento estruturado do setor florestal tem sido capaz de transformar regiões inteiras, a partir da combinação entre condições naturais favoráveis, segurança institucional e planejamento de longo prazo. Estados como Espírito Santo e Mato Grosso do Sul consolidaram-se como polos florestais a partir de estratégias semelhantes. Nesse contexto, Mato Grosso reúne condições para afirmar-se como uma das novas fronteiras de expansão da base florestal sustentável no país.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso estabelece as bases para orientar essa expansão de forma planejada, sustentável e competitiva, promovendo maior agregação de valor à produção florestal, geração de emprego e renda e o fortalecimento do estado como referência nacional no desenvolvimento de cadeias produtivas florestais.

3. METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso baseou-se em uma abordagem estruturada, participativa e orientada por evidências, combinando diagnóstico técnico, análise estratégica e validação institucional junto aos principais atores do setor florestal.

O processo foi conduzido pela Câmara Técnica instituída pelo Conselho Gestor do Fundo Desenvolve Floresta, formalizada por meio da Resolução 020/2024/CGDF/MT, publicada em 8 de março de 2024, a qual estabeleceu diretrizes e ações voltadas ao aumento da produção de biomassa e de madeira para matéria-prima industrial, à promoção do manejo florestal sustentável, bem como à implementação de estratégias de educação ambiental e monitoramento contínuo do Plano. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC-MT foi responsável pela coordenação dos trabalhos, assumindo a organização das atividades, a relatoria das reuniões, bem como o agendamento e a condução dos encontros técnicos.

A Câmara Técnica foi composta por representantes de instituições estratégicas, incluindo órgãos governamentais, entidades setoriais e especialistas do setor florestal. No âmbito do CGDF/MT, a Câmara contou com seis membros do Conselho Gestor – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO, Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT, Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso – CIPEM e Associação de Reflorestadores de Mato Grosso – AREFLORESTA; além da participação de três instituições convidadas, incorporadas como especialistas para contribuir com as discussões levantadas pelo setor. Foram convidadas a União Nacional do Etanol de Milho (UNEM), devido à sua relevância frente à crescente demanda por biomassa florestal; o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso (SINDUSMAD), representando o setor envolvido tanto no manejo florestal sustentável quanto na oferta de biomassa florestal nativa; e o Programa REDD Early Movers Mato Grosso/ REM MT – Subprograma de Produção Sustentável, como importante iniciativa voltada ao fortalecimento do manejo florestal sustentável.

Para subsidiar a elaboração do diagnóstico e das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso, a metodologia adotada baseou-se na realização de reuniões técnicas, aplicação da Matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e análise setorial estruturada.

Inicialmente, a Câmara Técnica responsável pela elaboração do Plano foi estruturada em dois grupos de trabalho – Florestas Plantadas e Manejo Florestal Sustentável –, cada qual incumbido de identificar, levantar e analisar os principais desafios, gargalos e oportunidades de seus respectivos segmentos.

Para sistematizar essa análise, foi aplicada a Matriz SWOT, instrumento amplamente utilizado no planejamento estratégico para avaliação integrada dos fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que influenciam determinado setor. No contexto do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso, sua aplicação possibilitou a construção de um diagnóstico aprofundado das condições estruturais, produtivas, institucionais e de mercado do setor florestal, servindo de base para a definição de estratégias voltadas à ampliação da produção florestal sustentável, à qualificação da mão de obra, ao fortalecimento da infraestrutura e ao aprimoramento do arcabouço de políticas públicas.

Complementarmente, foram consolidadas e analisadas informações relevantes sobre os segmentos de florestas plantadas e manejo florestal sustentável, incluindo o panorama atual, tendências e projeções, impactos econômicos e ambientais, geração de empregos e demais fatores determinantes para o desenvolvimento do setor florestal no estado.

A elaboração do presente Plano considerou, além do diagnóstico setorial, o potencial de expansão florestal em áreas degradadas e em sistemas de integração. Atualmente, estudos técnicos indicam que Mato Grosso possui cerca de 12,5 milhões de hectares de pastagens com algum nível de degradação. Esse cenário representa não apenas um desafio estrutural, mas também uma oportunidade estratégica para o avanço da atividade florestal no estado.

Com base nesse diagnóstico, a equipe técnica do programa Desenvolve Floresta, composta por servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, foi responsável por definir o escopo e elaborar o conteúdo técnico do Plano. Ao longo desse processo, todo o material produzido passou por validação e aprimoramento contínuos, com o apoio dos membros da Câmara Técnica. Essa etapa assegurou que as diretrizes propostas refletissem as demandas do setor florestal, estivessem alinhadas às políticas públicas vigentes e contribuíssem efetivamente para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso.

Por fim, a etapa de consolidação e aprovação do Plano foi conduzida por meio do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta 04/2025/SEMA/SEDEC/MT, cujo prazo foi prorrogado por mais 60 dias por meio da Portaria Conjunta 02/2026/SEMA/SEDEC/MT. Esse grupo, coordenado conjuntamente pela SEDEC e pela SEMA, ficou responsável pela análise final do documento para avaliar e validar a proposta técnica elaborada pela Câmara Técnica do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso. Tal estrutura de governança assegura a integração entre o poder público e os representantes do setor produtivo, conferindo segurança jurídica e institucional à conclusão do processo metodológico.



4. DIAGNÓSTICO DO SETOR FLORESTAL DE MATO GROSSO

O diagnóstico do setor florestal de Mato Grosso constitui a base técnica para a definição das estratégias, diretrizes e metas estabelecidas neste Plano. A partir da análise das condições atuais de produção, da estrutura das cadeias produtivas, dos aspectos regulatórios, logísticos e tecnológicos, busca-se identificar os principais potenciais, desafios e oportunidades associados ao desenvolvimento sustentável das atividades florestais no estado.

Diante disso, o diagnóstico está estruturado em dois grandes componentes produtivos: a silvicultura, voltada à produção de florestas plantadas, e o manejo florestal sustentável, relacionado ao uso econômico das florestas nativas. Esses dois sistemas desempenham papel complementar na estruturação da oferta de matéria-prima florestal, contribuindo para o fortalecimento da base produtiva, para a regularidade do suprimento de madeira e biomassa e para o desenvolvimento da cadeia florestal no estado.

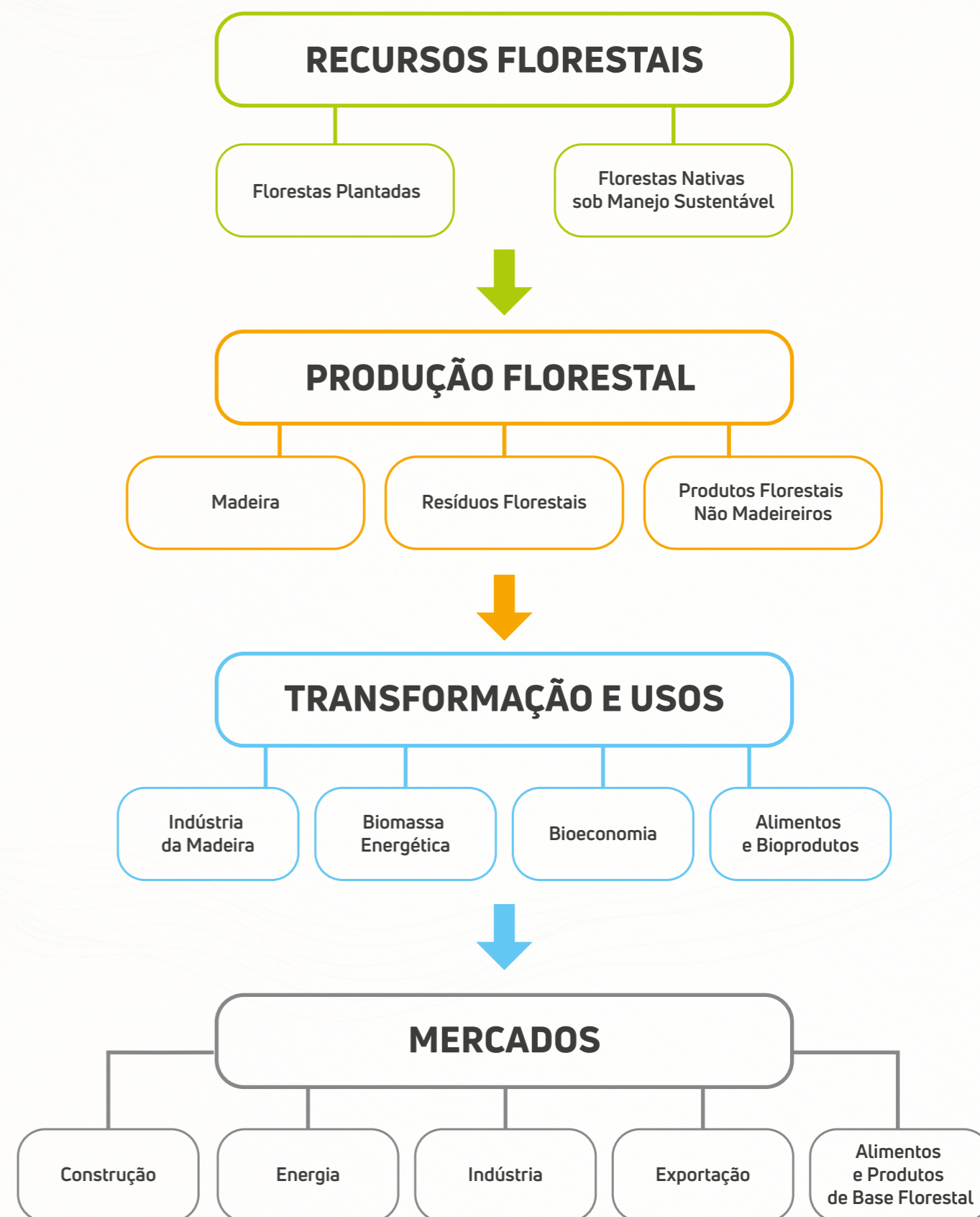
Para fins deste Plano, o setor florestal é compreendido de forma integrada, abrangendo a produção de matéria-prima proveniente tanto de florestas plantadas quanto do manejo florestal sustentável em florestas nativas, bem como as cadeias produtivas associadas à transformação e utilização desses recursos. Essa abordagem inclui a produção de madeira, biomassa energética, produtos florestais não madeireiros e outras iniciativas vinculadas à bioeconomia.

Neste Plano, considera-se biomassa toda matéria orgânica passível de aproveitamento econômico ou energético. Essa biomassa pode ser de origem florestal, agrícola, industrial e animal, bem como outros materiais, resíduos e subprodutos passíveis de valorização, inclusive aqueles incorporados em decorrência de inovações tecnológicas nos processos produtivos, no tratamento de efluentes e na reutilização de resíduos, ainda que não expressamente previstos, de forma a assegurar a atuação integrada do setor florestal e com diretriz de eficiência, diversificação e segurança de abastecimento da matriz industrial do estado.

Sob essa perspectiva, o setor florestal integra uma economia florestal mais ampla, baseada no uso sustentável dos recursos naturais e na integração entre produção de matéria-prima, transformação industrial, geração de energia a partir de biomassa, desenvolvimento de novos produtos de base biológica e valorização de serviços ambientais. Esse conjunto de atividades contribui para o fortalecimento da economia estadual, para a geração de renda no meio rural e para o avanço de modelos produtivos associados ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis.

Conforme abordagem amplamente utilizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o setor florestal compreende um conjunto de atividades interligadas que envolvem a gestão dos recursos florestais, a produção de bens e serviços derivados das florestas e sua transformação industrial e inserção nos mercados. Nesse sentido, a cadeia produtiva florestal pode ser compreendida a partir da articulação entre diferentes etapas produtivas, que envolvem desde a base de recursos florestais até a transformação industrial e a inserção dos produtos nos mercados consumidores.

CADEIA PRODUTIVA FLORESTAL DE MATO GROSSO



PLANO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PDEF/MT

Para fins de compreensão das abordagens adotadas neste Plano, destacam-se dois conceitos estruturantes associados à produção florestal no estado: a silvicultura e o manejo florestal sustentável. A silvicultura refere-se ao cultivo planejado de espécies florestais com finalidade produtiva, por meio de práticas técnicas voltadas à implantação, condução e colheita de florestas plantadas destinadas à produção de madeira, biomassa e outros produtos de origem florestal. Conforme definição amplamente adotada na literatura técnica florestal, a silvicultura compreende o conjunto de práticas e técnicas aplicadas ao estabelecimento, manejo e aproveitamento de florestas cultivadas com fins econômicos, ambientais ou sociais (EMBRAPA Florestas).

O manejo florestal sustentável, por sua vez, é definido pela legislação brasileira como “a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços” (Lei 12.651/2012 – Código Florestal).

No contexto deste Plano, o manejo florestal sustentável constitui instrumento estratégico para conciliar conservação e desenvolvimento, permitindo a produção contínua de madeira e outros produtos florestais a partir da floresta em pé, ao mesmo tempo em que assegura a manutenção das funções ecológicas e dos serviços ambientais associados aos ecossistemas florestais.

A partir dessas duas bases produtivas — florestas plantadas e florestas nativas manejadas — estrutura-se a oferta de matéria-prima florestal que sustenta a cadeia florestal no estado. Para fins de análise, o diagnóstico examina cada um desses sistemas considerando sua base produtiva, a destinação da produção, os principais desafios estruturais e as oportunidades de desenvolvimento. Na sequência, apresenta-se o panorama atual da silvicultura em Mato Grosso, abordando sua evolução recente, distribuição territorial, principais espécies cultivadas e seu papel na expansão da base florestal estadual.



4.1. PANORAMA DA SILVICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO

A silvicultura em Mato Grosso vem assumindo papel crescente na estrutura produtiva e energética do estado. Atualmente, as florestas plantadas destinam-se principalmente à produção de biomassa florestal para fins energéticos, toras destinadas à madeira tratada e toras de maior valor agregado voltadas à exportação, com destaque para os plantios de teca. Esses segmentos têm se consolidado como importantes fontes de suprimento para agroindústrias e indústrias instaladas no território estadual, contribuindo para a segurança energética por meio do fornecimento de biomassa sustentável utilizada na geração de vapor e energia térmica.

Além de sua função energética, a silvicultura apresenta elevado potencial de geração de valor econômico e social, sobretudo quando implantada em áreas degradadas ou de baixa aptidão agrícola. Nessas condições, o cultivo de espécies florestais possibilita a recuperação produtiva da terra, o aumento da rentabilidade das propriedades rurais, a geração de empregos e o fortalecimento da economia regional, configurando-se como importante indutora de transformação territorial sustentável.

A crescente demanda por biomassa florestal no estado está diretamente associada à expansão das cadeias agroindustriais, especialmente nos setores de etanol de milho, processamento de grãos, frigoríficos, indústrias de bebidas e cimenteiras, cujos processos produtivos demandam elevados volumes de energia térmica. Diante disso, a silvicultura tem ampliado sua relevância como fonte de energia renovável para o setor industrial mato-grossense.

Dados da Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS/IBGE indicam que o consumo de biomassa florestal no estado apresentou crescimento expressivo nos últimos anos, passando de aproximadamente 3,4 milhões de metros cúbicos em 2021 para cerca

de 7,4 milhões de metros cúbicos em 2024, o que representa um aumento de aproximadamente 114% evidenciando a importância estratégica da expansão das florestas plantadas para garantir segurança energética e previsibilidade econômica ao setor agroindustrial.

Entre os principais vetores dessa demanda, destaca-se a indústria de etanol de milho, que vem apresentando rápida expansão em Mato Grosso. De acordo com projeções do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária – IMEA, o setor deverá consumir aproximadamente 13,7 milhões de toneladas de milho na safra 2025/2026. Caso essa demanda energética seja integralmente suprida por biomassa proveniente de florestas plantadas, seriam necessários cerca de 198 mil hectares de florestas de eucalipto. Para o horizonte de 2030/2031, o consumo de milho poderá alcançar aproximadamente 30,2 milhões de toneladas, o que demandaria uma base florestal estimada em cerca de 436 mil hectares.

Apesar desse cenário promissor, observa-se um descompasso entre a expansão da demanda por biomassa florestal e a evolução da base florestal plantada no estado. Dados recentes do Imea/ Arefloresta indicam que, entre 2021 e 2024, a área plantada com eucalipto em Mato Grosso apresentou redução de 218.883 hectares para 211.238 hectares, representando um decréscimo de 3,5%, apesar do aumento expressivo do consumo energético associado às agroindústrias no período (Imea & Arefloresta, Mapeamento da Produção Silvicultural em Mato Grosso 2021 e atualização de área plantada 2024).

Paralelamente, destaca-se também a produção de teca, espécie tropical de alto valor no mercado internacional. O Brasil figura entre os principais países exportadores de madeira de teca proveniente de florestas plantadas, integrando um grupo de produtores relevantes juntamente com Myanmar, Equador, Gana e Panamá. O comércio global de teca movimentou aproximadamente US\$ 626 milhões em 2024, sendo a Índia responsável por cerca de dois terços das importações mundiais, seguida pela China e pela União Europeia. Esse quadro evidencia o potencial de Mato Grosso para ampliar sua participação em mercados internacionais de madeira tropical de alto valor agregado no período.

Mato Grosso apresenta condições singulares para o desenvolvimento de uma estratégia florestal baseada em uma tripla vocação produtiva e ambiental: a produção de biomassa florestal sustentável para fins energéticos, o cultivo de espécies de alto valor agregado para inserção em mercados internacionais com destaque para a teca e a integração da silvicultura com a pecuária por meio de sistemas silvipastoris. Essa configuração permite que a expansão das florestas plantadas contribua simultaneamente para a segurança energética das cadeias agroindustriais, para o posicionamento do Estado no mercado global de madeiras nobres e para a promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis e economicamente eficientes na pecuária.

A integração entre teca e pecuária amplia as oportunidades de diversificação de renda para produtores rurais e promove ganhos ambientais associados à intensificação sustentável da produção. Em decorrência disso, evidencia-se a necessidade de políticas públicas estruturantes voltadas à expansão da silvicultura no estado, de modo a garantir suprimento sustentável

de biomassa, e ampliar as oportunidades econômicas associadas à produção de madeira e seus derivados.

Assim, a expansão das florestas plantadas constitui elemento estruturante para fortalecer a segurança energética, promover a recuperação produtiva de áreas degradadas e de baixa aptidão agrícola e impulsionar o desenvolvimento da bioeconomia florestal em Mato Grosso, consolidando essa tripla vocação energia, madeira de alto valor e sistemas produtivos integrados de alto desempenho ambiental e econômico — como um dos pilares do desenvolvimento florestal estadual.

A partir desse panorama, apresenta-se a análise estratégica da silvicultura no estado por meio da Matriz SWOT, que sintetiza as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do setor.



4.1.1. ANÁLISE ESTRATÉGICA DA SILVICULTURA (MATRIZ SWOT)

FATORES INTERNOS

Pontos Fortes

1. Conservação do solo e da água
2. Geração de emprego e renda
3. Economia verde
4. Pioneirismo e know-how na tecnologia do cultivo e industrialização da madeira de teca.
5. Crescimento da agroindústria demandante de biomassa florestal
6. Existência do Plano de Suprimento Sustentável (PSS), documento obrigatório para empresas que utilizam grandes quantidades de matéria-prima florestal
7. Mato Grosso é o maior produtor de teca do país, com cerca de 68 mil hectares (IMEA, 2021).
8. Plano ABC+ com metas para aumento de florestas plantadas e ILPF (acréscimo de 285 mil hectares)
9. Programa Carbono Neutro MT
10. Condições edafoclimáticas favoráveis, assegurando alta produtividade dos plantios
11. Centros de pesquisa renomados (EMBRAPA, UFMT) desenvolvem tecnologias para manejo florestal e aumento da produtividade

FATORES POSITIVOS

S

Pontos Fracos

1. Necessidade de maior investimento em pesquisa para desenvolvimento de material genético de eucalipto e outras espécies adaptadas ao estado
2. Desafios na implementação efetiva do Plano de Suprimento Sustentável
3. Limitações no acesso a linhas de crédito específicas e adequadas ao setor florestal, especialmente para culturas de longo ciclo como a teca
4. Necessidade de aprimorar políticas públicas para atração de investidores e fortalecimento da silvicultura e industrialização da madeira
5. Infraestrutura logística em desenvolvimento, impactando custos e eficiência no transporte
6. Necessidade de melhorias na qualidade e no custo da malha viária para facilitar o escoamento da produção
7. Demandas por maior clareza e organização dos dados sobre silvicultura nos sistemas de gestão ambiental, reduzindo equívocos entre florestas plantadas e vegetação nativa

W

FATORES NEGATIVOS

FATORES EXTERNOS

Oportunidades

1. Demanda crescente por biomassa florestal
2. Produção de teca em sistemas integrados (ILPF) em Mato Grosso, aproveitando áreas destinadas à pecuária
3. Existência de parque industrial, gerando oportunidade de industrializar a madeira de florestas plantadas
4. Áreas aptas para expansão de florestas plantadas
5. Crescente agenda ambiental impulsionando o setor
6. Uso múltiplo dos produtos da silvicultura
7. Expansão dos mercados de crédito de carbono
8. Possibilidade de venda de créditos de reposição florestal

O

T

Riscos

1. Falta de informações na gestão do suprimento de biomassa florestal entre consumidores e produtores
2. Ausência de pacto tecnológico que amplie a divulgação e fortaleça o setor
3. Escassez de pessoal capacitado no mercado de trabalho
4. Baixa representatividade e visibilidade do setor de silvicultura
5. Tendência de aumento do custo de produção (insumos)
6. Riscos à sanidade florestal, incluindo a falta de defensivos registrados para a produção

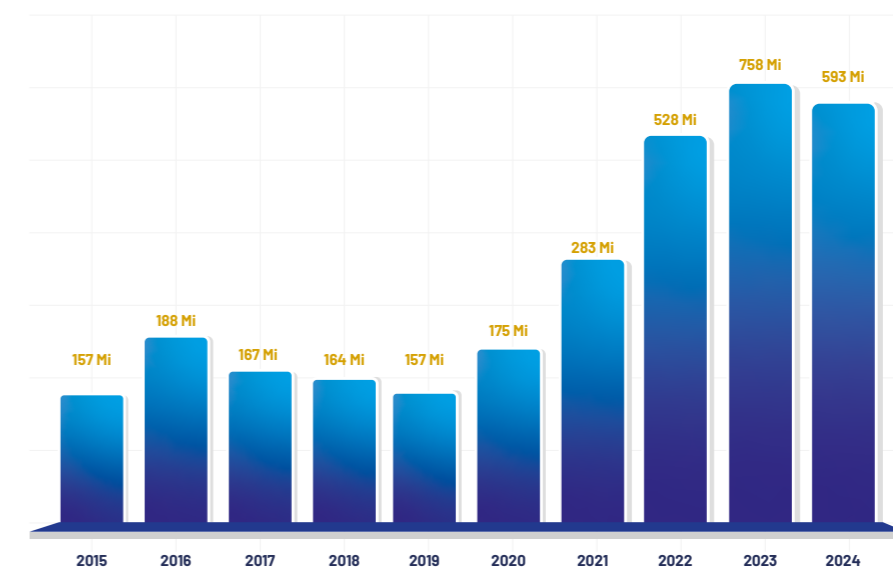
4.1.2. SUPRIMENTO DE MADEIRA PROVENIENTE DA SILVICULTURA

O suprimento de madeira proveniente da silvicultura assume papel estratégico no contexto do desenvolvimento econômico e energético de Mato Grosso. A expansão das florestas plantadas é fundamental para garantir oferta sustentável de biomassa florestal destinada ao suprimento energético das cadeias agroindustriais, contribuindo diretamente para a segurança energética do estado. Paralelamente, espécies de maior valor agregado, como a teca, possibilitam a inserção de Mato Grosso no mercado internacional de madeiras nobres, ampliando as oportunidades de geração de renda e exportação. Além disso, a implantação de sistemas silvipastoris, especialmente aqueles que integram teca e pecuária, permite aumentar a rentabilidade das propriedades rurais e promover sistemas produtivos de maior eficiência ambiental e econômica. Dessa forma, o suprimento de madeira proveniente da silvicultura configura-se como componente relevante da bioeconomia florestal, capaz de impulsionar o desenvolvimento sustentável, recuperar produtividade de áreas degradadas ou de baixa aptidão agrícola e ampliar a competitividade das cadeias produtivas do estado.

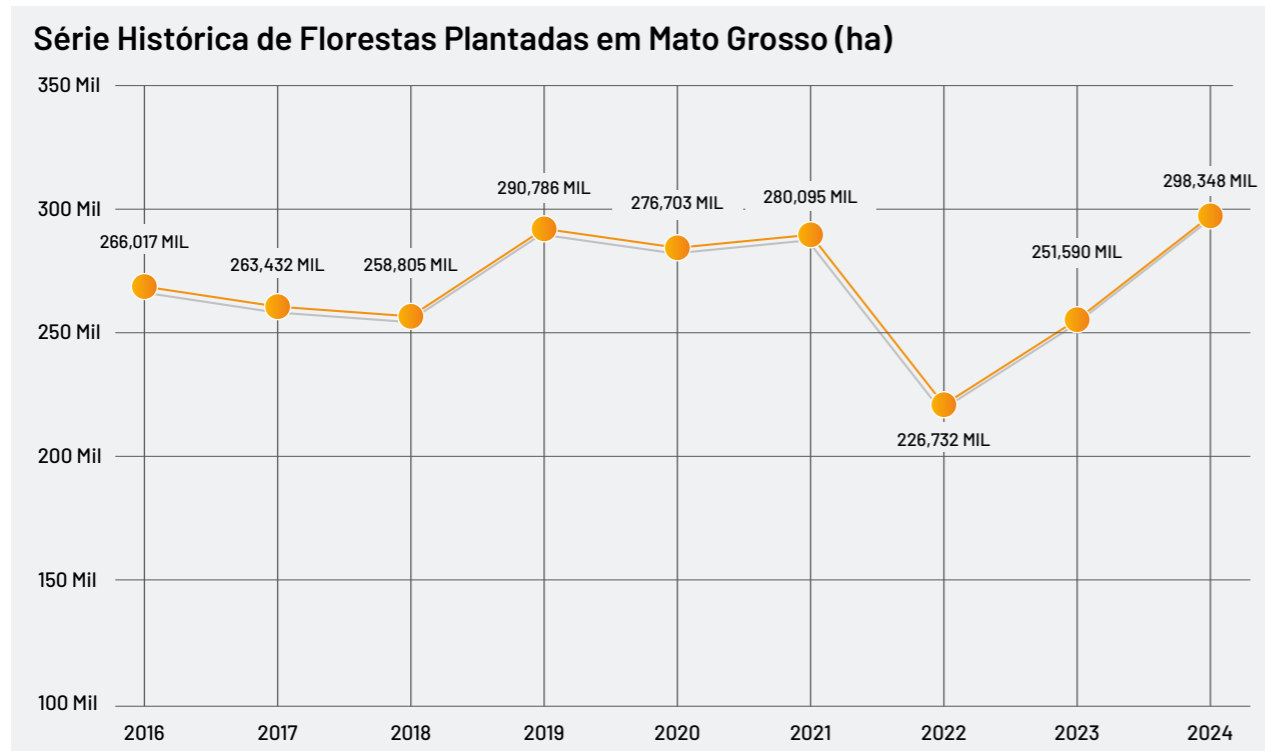
Em 2024, a silvicultura em Mato Grosso registrou aproximadamente R\$ 593 milhões em valor de produção. O setor produziu cerca de 3,99 milhões de m³, correspondentes a 3.664.546 m³ de lenha e 325.844 m³ de madeira em tora, além de 512 toneladas de carvão vegetal. O resultado veio após o pico observado em 2023, quando a atividade alcançou cerca de R\$ 758 milhões e volume total de 5,44 milhões de m³, distribuídos entre 5.177.234 m³ de lenha e 269.728 m³ de madeira em tora, somados a 520 toneladas de carvão vegetal. A estrutura produtiva é fortemente orientada à energia, com 88% da produção da silvicultura em 2024 sendo lenha de eucalipto, seguida por madeira em tora de outras espécies (7%), lenha de outras espécies (4%) e madeira em tora de eucalipto (1%).

Série Histórica de Produção da Silvicultura de Mato Grosso

Valor da Produção (R\$)



A área total estimada de florestas plantadas no estado em 2024 foi de 298,35 mil hectares, o que posiciona Mato Grosso na 8ª posição nacional em área. A composição por área mostra que 71% é destinada ao eucalipto (211,24 mil ha) e 29% a outras espécies (87,11 mil ha). Além do eucalipto (principalmente para biomassa/lenha), a teca destaca-se como a principal cultura de maior valor e foco exportador. Outros plantios comerciais incluem mogno africano, pinus, pau-de-balsa, seringueira, bambu e cacau, conforme a presença em cadeias locais.



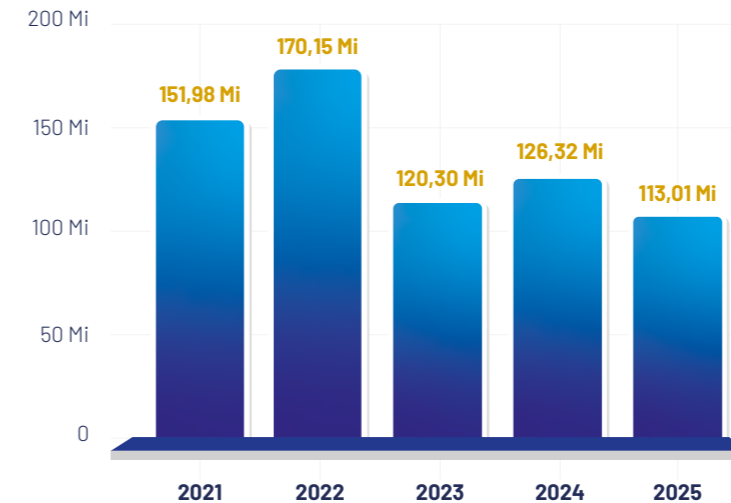
BRASIL	9.868.590	9.763.783	9.864.950	9.687.069	9.625.728	9.464.058	9.427.146	9.687.848	9.905.629
Participação Nacional	2,70%	2,70%	2,62%	3,00%	2,87%	2,96%	2,41%	2,60%	3,01%

Figura 3. Série Histórica Produção de Floresta Plantada (HA). Fonte: PEVS/IBGE/SEDEC (2025)

No âmbito socioeconômico, o setor florestal (produção florestal) mantém um estoque mensal de cerca de 3.353 trabalhadores, sendo 49% vinculados diretamente à produção de florestas plantadas durante o mês de janeiro de 2026 (CAGED).

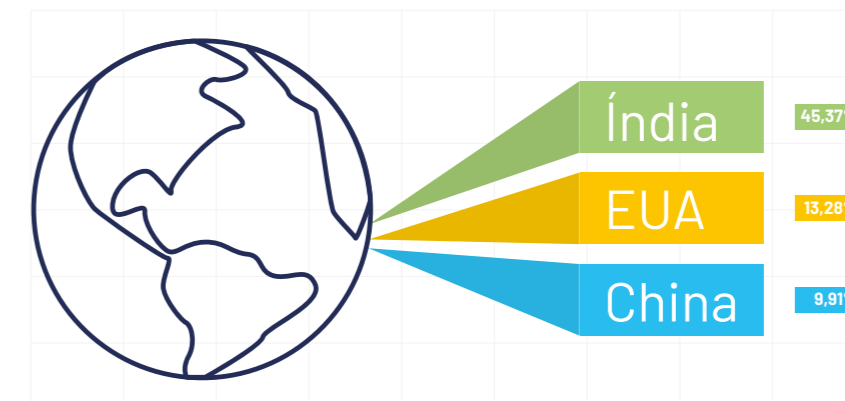
A inserção comercial do setor é notável, com as exportações de madeira de Mato Grosso totalizando US\$ 113 milhões em 2025. Desses, aproximadamente 40% estão associados à madeira tipo teca bruta. Os principais destinos dessas exportações são a Índia (45,3%), os EUA (13,2%) e a China (9,9%).

Exportação de madeira ano a ano
valor (US\$)



PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE MADEIRA EM 2025

MATO GROSSO



Fonte de dados: SECEX - 2026

Com relação ao potencial de expansão, a produção florestal total do estado em 2024 foi de cerca de R\$ 1,6 bilhão. Desse montante, 36% foi oriundo da silvicultura. Essa proporção indica um espaço significativo para ampliar a participação das florestas plantadas.

A expansão da base florestal de floresta plantada deve ser orientada por instrumentos de política pública que promovam previsibilidade de suprimento energético, valorização de cadeias de madeira de alto valor agregado e integração da silvicultura com sistemas produtivos agropecuários. Há potencial de expansão da base florestal do estado em torno de 700 mil hectares até 2040, elevando a oferta de madeira e biomassa para uso industrial e energético.

4.1.3. TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PESQUISA NA SILVICULTURA

O desenvolvimento da silvicultura em Mato Grosso está diretamente associado à adoção de novas tecnologias e ao avanço da pesquisa aplicada. Diante da crescente demanda por madeira para fins energéticos e industriais, a inovação é fundamental para elevar a produtividade, reduzir custos operacionais e assegurar a sustentabilidade da atividade no longo prazo.

Frente a essa realidade, a agenda tecnológica deve considerar o papel estratégico das florestas plantadas no suprimento energético da agroindústria, estimulando pesquisas voltadas à produção sustentável de biomassa, ao aumento da eficiência produtiva dos plantios, à viabilização do cultivo em áreas com limitações edafoclimáticas e ao aprimoramento da logística de abastecimento.

Um dos principais desafios identificados é a disponibilidade de material genético adaptado às condições do estado, onde a expansão ocorre, em grande parte, em solos arenosos, de baixa fertilidade e com restrições hídricas sazonais. Clones comerciais atualmente utilizados, como H13, I144 e VM01, têm apresentado limitações nesses ambientes.

Para enfrentar essa situação, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, em parceria com a EMBRAPA e por meio do Fundo Desenvolve Floresta, estruturou o Projeto Validação de Clones de *Eucalyptus* spp. e *Corymbia* spp., com o objetivo de identificar materiais mais adaptados às diferentes regiões, ampliando a segurança produtiva e o desempenho em volume e qualidade de biomassa.

A estratégia de pesquisa e desenvolvimento busca consolidar um pacote tecnológico integrado, combinando melhoramento genético e difusão de conhecimento técnico. Como resultado, a parceria entre EMBRAPA e AREFLORESTA possibilitou a elaboração do Manual de Boas Práticas para o Cultivo de Eucalipto em Mato Grosso, reunindo orientações desde a escolha da espécie até a colheita, incluindo aspectos de viabilidade econômica.

Mato Grosso também destaca-se como líder nacional na produção de teca, espécie de alto valor agregado com mercado internacional consolidado. Entretanto, o avanço tecnológico dessa cultura ainda depende, em grande medida, da iniciativa privada, com menor presença da pesquisa pública.



Entre os avanços recentes, destacam-se a publicação da obra “Teca (*Tectona grandis* L.f.) no Brasil”, pela EMBRAPA em 2023, e o zoneamento de riscos climáticos, que identificou áreas de menor e maior aptidão produtiva com base em variáveis como temperatura, geadas e déficit hídrico. Os resultados indicam que, apesar das restrições hídricas em algumas regiões, o estado possui extensas áreas aptas ao cultivo seguro da espécie.

De forma complementar, o estado avança na validação de sistemas integrados de produção. O Projeto ILPF Regenera: Sustentabilidade e Indicadores Ambientais para Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono, desenvolvido pela EMBRAPA Agrossilvipastoril e financiado pelo Fundo Desenvolve Floresta, busca aperfeiçoar tecnologias para produção integrada de grãos, carne e madeira (eucalipto e teca) em sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF no bioma Amazônia.

Esses sistemas, estudados desde 2011, aprofundam o conhecimento sobre resiliência e desempenho ambiental, incluindo aspectos como dinâmica da água e nutrientes no solo, biodiversidade, atividade microbiana e estoques de carbono. Com base nesses avanços, a pesquisa aplicada também deve priorizar o desenvolvimento de sistemas silvipastoris adaptados às condições locais, promovendo maior eficiência produtiva e diversificação de renda.

Adicionalmente, o avanço tecnológico deve contemplar ferramentas digitais para monitoramento florestal, proteção contra pragas, doenças e incêndios, modelagem de crescimento, inventário remoto e gestão territorial, ampliando a eficiência, a transparência e a rastreabilidade da produção.

A consolidação dessa agenda de inovação busca ampliar a competitividade do setor, garantir o abastecimento sustentável da agroindústria, viabilizar o uso produtivo de áreas com limitações e fortalecer a inserção de Mato Grosso nos mercados de produtos florestais.

4.1.4. MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DA SILVICULTURA

A consolidação de Mato Grosso como Novo Polo Florestal está diretamente associada à modernização do ambiente regulatório. Nos últimos anos, a legislação tem avançado no sentido de reduzir entraves burocráticos para o plantio de florestas comerciais, ao mesmo tempo em que fortalece o controle sanitário e amplia a transparência sobre a origem da madeira, enfrentando gargalos históricos relacionados à ausência de dados sistematizados e à insegurança jurídica.

Um marco relevante nesse processo ocorreu em 2024, com a promulgação da Lei Federal 14.876, de 31 de maio, que retirou a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Na prática, essa alteração simplificou o licenciamento ambiental para o plantio de florestas comerciais e isentou os produtores do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, reduzindo custos operacionais e criando um ambiente mais favorável à atração de novos investimentos. No âmbito estadual, o licenciamento ambiental permanece regulamentado pelo Decreto 697/2020, sob gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA-MT, estabelecendo diretrizes claras que asseguram a regularidade ambiental dos empreendimentos sem comprometer o desenvolvimento sustentável.

Com o objetivo de enfrentar a falta de transparência na gestão do suprimento florestal e a escassez de dados, identificadas como fragilidades no diagnóstico setorial, o estado adotou uma medida estruturante por meio da Instrução Normativa Conjunta SEDEC/ INDEA-MT 002/2024. Essa normativa instituiu a obrigatoriedade do cadastramento das florestas plantadas com fins comerciais em todo o território estadual. Realizado de forma digital e simplificada junto ao Instituto de Defesa Agropecuária – INDEA-MT, o cadastro permite a identificação e o controle preventivo de pragas e doenças, protegendo o patrimônio florestal, bem como o mapeamento preciso da localização e da extensão dos plantios, informação essencial para o planejamento logístico e a atração de investimentos industriais.

No campo dos incentivos econômicos, visando ampliar a competitividade dos produtos florestais de Mato Grosso, o Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento do Estado – CONDEPRODEMAT aprovou a Resolução 201/2024. A medida atende a uma demanda histórica da cadeia da teca ao conceder benefícios fiscais para a produção de mourões, estabelecendo redução de 65% da carga tributária nas operações internas e de 80% nas operações interestaduais. Essa política contribui para o fortalecimento da cadeia produtiva, além de viabilizar o melhor aproveitamento de resíduos oriundos da madeira destinada à exportação.

A segurança jurídica do abastecimento industrial é reforçada, ainda, pela exigência do Plano de Suprimento Sustentável – PSS, previsto no Artigo 34 da Lei Federal 12.651/2012 e no Artigo 47 da Lei Complementar Estadual 233/2005. O cumprimento deste instrumento assegura que as indústrias consumidoras de biomassa contribuam para o fomento da produção florestal, promovendo o equilíbrio entre oferta e demanda e garantindo a sustentabilidade da cadeia produtiva no longo prazo.

Embora a silvicultura desempenhe papel crescente na expansão da base florestal e no suprimento de madeira e biomassa para diferentes usos industriais, o setor florestal mato-grossense também se estrutura a partir do aproveitamento sustentável das florestas nativas. Além disso, o manejo florestal sustentável representa componente relevante da oferta de matéria-prima florestal no estado, especialmente em regiões onde a atividade madeireira historicamente se desenvolveu a partir do uso dos recursos florestais naturais.



4.2. PANORAMA DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE MATO GROSSO

O manejo florestal sustentável corresponde a uma forma de uso econômico das florestas nativas baseada em planejamento técnico e monitoramento contínuo das atividades de exploração. Essa abordagem permite a produção de madeira e de outros produtos florestais de forma controlada, buscando assegurar a regeneração dos ecossistemas, a conservação da biodiversidade e a continuidade dos serviços ambientais associados à floresta.

Além de contribuir para a legalidade da produção madeireira, o manejo florestal sustentável fortalece cadeias produtivas vinculadas ao uso responsável dos recursos naturais, gera emprego e renda no meio rural e amplia a oferta de matéria-prima de origem regular para o setor industrial.

O Brasil possui uma das maiores extensões de florestas do mundo, e Mato Grosso destaca-se no âmbito nacional pela relevância de seus ativos florestais. Atualmente, o estado conta com aproximadamente 5,3 milhões de hectares sob manejo em propriedades privadas — base territorial hoje consolidada no bioma Amazônia. Somam-se a esse montante extensas áreas com potencial para expansão, incluindo territórios ainda não destinados e áreas passíveis de concessão florestal.

Nesse cenário, o Cerrado, que ocupa cerca de 40% da superfície estadual, projeta-se como a principal fronteira estratégica para o crescimento do setor nas próximas décadas. Embora a estruturação técnica e legal para o manejo neste bioma ainda esteja em fase inicial, fundamentada por diretrizes recentes como a Nota Técnica 22/2025/CGFLO/DBFLO, do IBAMA, essa evolução é determinante para que Mato Grosso atinja a meta de 6,5 milhões de hectares sob manejo até 2040. Esse panorama evidencia oportunidades singulares para ampliar o manejo sustentável, desde que associadas à segurança jurídica, ao conhecimento técnico e ao ordenamento territorial.

4.2.1. ANÁLISE ESTRATÉGICA DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL (MATRIZ SWOT)

FATORES INTERNOS

Pontos Fortes

1. Conservação da floresta em pé como estratégia de sustentabilidade.
2. Manutenção da biodiversidade da fauna, flora e recursos hídricos.
3. Contribuição direta para a agenda climática e sequestro de CO₂.
4. Rastreabilidade da origem da madeira.
5. Geração de emprego e renda, principalmente nas regiões distantes dos grandes centros.
6. Potenciais recursos florestais do estado (Amazônia Legal).
7. Legislação florestal robusta (parâmetros e metodologias).
8. Permite a exploração econômica da floresta em pé agregando valor à matéria-prima e à madeira legal, com potencial de acesso a mercados diferenciados e mais exigentes.

FATORES POSITIVOS

S

Pontos Fracos

1. Falta de capacitação técnica (problemas de identificação botânica das espécies e capacitação profissional).
2. Falta de infraestrutura adequada sobre manejo florestal (estradas, transporte, armazenamento e controle do manejo).
3. Logística associada ao manejo florestal.
4. Falta de acesso ao financiamento.
5. Falta de integração entre os diversos atores do manejo e gestores públicos.
6. Falta de fiscalização e controle do manejo florestal.
7. Falta de incentivo à pesquisa e inovação.
8. Falta de divulgação e promoção da madeira legal e legalizada.
9. Falta de incentivo à criação de novos LPAs (locais de manejo florestal).
10. Manejo florestal não aprovado.
11. Falta de incentivo à aprovação de novos LPAs junto aos órgãos ambientais.
12. Falta de estímulo à indústria madeireira, que não recebe um diferencial de preço e ainda enfrenta distorções sobre sua sustentabilidade.

W

FATORES NEGATIVOS

Oportunidades

1. Possibilidade de parcerias público-privadas e fontes externas de financiamento para ampliar o potencial do manejo produtivo.
2. Modernização dos parques industriais para produção de novos produtos e agregação de valor.
3. Revisão das normativas ambientais para o manejo florestal e a indústria.
4. Criação de programas governamentais para promoção internacional dos produtos florestais oriundos do Manejo Florestal Sustentável.
5. Apoio político e certificação de credibilidade da madeira nativa (ABNT).
6. Priorização da madeira nativa e legalizada para quem comercializa a biomassa.
7. Programa Carbono Neutro – incluir produtos que utilizem madeira nativa e legalizada.
8. Incentivo à pesquisa e inovação tecnológica na área florestal.
9. Estímulo à bioeconomia baseada no manejo florestal sustentável.
10. Estabelecer Concessões Florestais nas florestas estaduais do estado.

FATORES EXTERNOS

T

Riscos

1. Falta de padronização das análises e emissões de licenças ambientais.
2. Excesso de exigências burocráticas e morosidade no acesso do produto ao consumidor final.
3. Falta de sistematização e emissão de nota fiscal eletrônica da SEFAZ que utilize o código florestal.
4. Inclusão de espécies em listas restritivas sem análise técnica e científica.
5. Falta de integração entre órgãos públicos e possíveis entraves administrativos e burocráticos.
6. Falta de capacitação e aprimoramento técnico em práticas florestais de órgãos ambientais com efeitos imediatos.

4.2.2. SUPRIMENTO DE MADEIRA PROVENIENTE DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

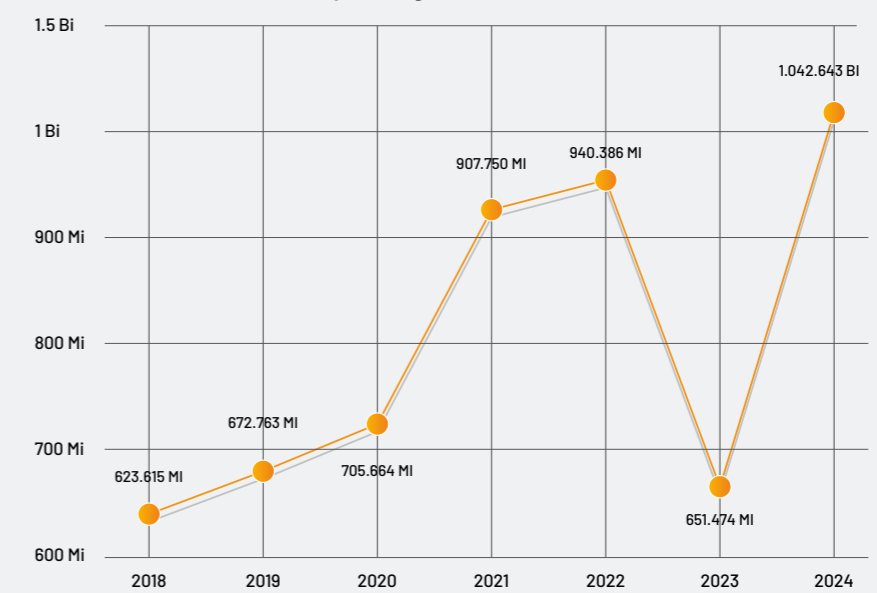
Mato Grosso ocupa a posição de segundo maior produtor de madeira nativa da Amazônia e, de acordo com o Observatório de Mato Grosso, em 2024 (RAIS-MTE), o setor gerou 14.318 empregos formais diretos, abrangendo a produção florestal e indústria associada, como fabricação de produtos de madeira e fabricação de móveis.

O conceito de “floresta em pé” não pode mais ser compreendido como sinônimo de floresta economicamente inexplorada, improdutivo ou desordenada. Ao contrário, pressupõe planejamento, manejo florestal sustentável e integração com cadeias produtivas modernas e eficientes.

O manejo florestal sustentável constitui uma alternativa para garantir a viabilidade econômica das florestas aliada ao uso racional dos recursos, permitindo uma exploração responsável. Essa prática visa à preservação da fauna e da flora, bem como à conservação de recursos essenciais, como o solo e os cursos d’água, assegurando benefícios ambientais e sociais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

O estado ocupou a segunda posição na produção de madeira em tora, alcançando cerca de 2,6 milhões de metros cúbicos. Esses números evidenciam a relevância econômica e produtiva das florestas nativas para o estado, especialmente no fornecimento de matéria-prima para a indústria e no fortalecimento das cadeias produtivas associadas. Em 2024, a extração vegetal de florestas nativas movimentou R\$ 1,04 bilhão, posicionando Mato Grosso como o segundo maior estado do país no extrativismo vegetal, com participação de 14,36% do total nacional, atrás apenas do Pará.

Série Histórica da Extração Vegetal em Mato Grosso (Valor R\$)



Fonte: PEVS/IBGE
Elaborado pelo DataHub MT - SEDEC

A madeira em tora concentrou a maior parte do valor gerado pela extração vegetal nativa no estado, com R\$ 754 milhões, o que corresponde a aproximadamente 72% do total. Outros produtos florestais nativos, como pequi, copaíba, açaí, látex, palmito e poaia, complementam a pauta extrativista e demonstram a diversidade e o potencial econômico das florestas nativas de Mato Grosso, especialmente quando associadas a práticas de manejo florestal sustentável.

Como qualquer outra cadeia produtiva, o setor florestal enfrenta desafios que precisam ser superados, com políticas que valorizam os produtos originados de manejo florestal sustentável. Apesar desses desafios, a produção e a extração de madeira mantêm sua relevância econômica e estrutural no estado, concentrando-se em polos específicos. As principais cidades de extração são:

- Colniza – um dos maiores volumes de madeira extraída de áreas com Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados;
- Aripuanã – também destacado pela produção expressiva em manejo florestal sustentável;
- Juara – figura entre os municípios com produção significativa;
- Juína – importante centro de indústria madeireira no noroeste mato-grossense.

4.2.3. TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PESQUISA APLICADAS AO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

O fortalecimento do manejo florestal sustentável em Mato Grosso está diretamente associado ao avanço da base técnica e científica, com foco na qualificação das informações, na redução de riscos operacionais e na melhoria da eficiência produtiva e ambiental.

Sob essa perspectiva, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, em parceria com instituições, vem apoiando iniciativas voltadas à ampliação e qualificação dos dados sobre as espécies florestais nativas de interesse comercial. A realização de levantamentos botânicos, com coleta e registro em herbários científicos, busca atualizar a base de informações disponível, reduzir inconsistências na identificação de espécies e aprimorar a tomada de decisão no manejo.

Essa iniciativa contribui para maior precisão na estimativa de estoques florestais, maior segurança na definição de espécies passíveis de exploração e melhor alinhamento com critérios técnicos utilizados na classificação de espécies ameaçadas, reduzindo riscos regulatórios e ampliando a previsibilidade para o setor.

Paralelamente, a capacitação técnica tem papel fundamental na qualificação do manejo. A formação de profissionais especializados em identificação botânica fortalece a elaboração e execução dos Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, reduz inconsistências operacionais e contribui para a conformidade ambiental. Alinhado a isso, destaca-se a estruturação de

programas de capacitação no estado, incluindo o Curso de Formação de Identificador Florestal, desenvolvido em parceria entre SEDEC e CIPEM.

Adicionalmente, iniciativas como o Programa REM MT têm contribuído para o fortalecimento do setor por meio da qualificação de profissionais, do apoio a boas práticas de manejo e da modernização dos sistemas de controle. A evolução de ferramentas como o Sisflora 2.0, integrada ao sistema federal DOF, amplia a rastreabilidade da produção, fortalece a fiscalização e aumenta a transparência da cadeia florestal.

A consolidação dessa agenda de inovação e qualificação técnica busca ampliar a eficiência do manejo florestal sustentável, reduzir riscos operacionais e regulatórios, fortalecer a credibilidade do setor e assegurar sua contribuição para o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental no estado.

4.2.4. MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

A regulamentação da exploração das florestas nativas por meio do Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS no estado de Mato Grosso tem como base o Código Florestal Brasileiro e a Lei Complementar 233/2005 de Mato Grosso, regulamentada inicialmente pelo Decreto 2.152/2014, posteriormente revogado pelo Decreto 1.313/2022. Além disso, a Lei Complementar 592/2017 define os prazos para as Autorizações de Exploração Florestal – AUTEX, essenciais para a execução do PMFS.

Em âmbito nacional, a Resolução CONAMA 406, de 2 de fevereiro de 2009, estabelece os parâmetros técnicos e os critérios obrigatórios para a elaboração, apresentação, aprovação e execução dos Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS com fins madeireiros em florestas nativas localizadas no bioma Amazônico. A referida resolução passou por atualizações e ajustes normativos, visando sua adequação às novas diretrizes ambientais, aos avanços técnicos e às demandas de gestão sustentável dos recursos florestais.

No estado de Mato Grosso, os procedimentos administrativos relacionados ao PMFS são regulamentados pela Instrução Normativa – IN 6, de 20 de setembro de 2023, publicada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA-MT. Para facilitar o acesso às diretrizes técnicas, a SEMA disponibiliza em seu portal os Termos de Referência Padrão, acessíveis no caminho: Página inicial → Termos de Referência → Gestão Florestal.

Cada situação do PMFS exige um termo específico, permitindo maior clareza sobre os requisitos documentais e técnicos. Isso facilita tanto o planejamento dos empreendedores quanto o trabalho dos responsáveis técnicos, garantindo que os projetos sejam elaborados conforme as exigências legais. Após a submissão dos documentos, a SEMA realiza as análises necessárias para a emissão das licenças ambientais, assegurando a conformidade dos projetos com a legislação vigente.



4.3. BIOMASSA E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO NO ESTADO DE MATO GROSSO

O desenvolvimento do mercado de biomassa não substitui nem compete com os usos tradicionais da madeira, mas amplia as possibilidades de aproveitamento econômico da matéria-prima florestal e dos resíduos agroindustriais, contribuindo para maior eficiência produtiva, diversificação de mercados e fortalecimento da bioeconomia.

4.3.1. PAPEL DA BIOMASSA NA MATRIZ ENERGÉTICA INDUSTRIAL

A biomassa florestal constitui insumo estratégico para a matriz energética industrial do estado de Mato Grosso, configurando-se como uma das principais fontes de energia térmica utilizadas pelas cadeias agroindustriais. Sua utilização está diretamente associada à geração de vapor e calor em processos produtivos intensivos em energia, desempenhando papel fundamental na manutenção da competitividade e na segurança operacional das indústrias instaladas no estado.

Destacam-se, entre os principais consumidores de biomassa, as usinas de etanol de milho, as unidades de secagem e armazenagem de grãos, os frigoríficos, as indústrias de alimentos, bebidas e o setor cimenteiro. Esses segmentos apresentam elevada demanda por energia térmica contínua, sendo a biomassa uma alternativa economicamente eficiente e ambientalmente mais adequada quando comparada a fontes fósseis.

A consolidação de Mato Grosso como principal polo nacional de produção de etanol de milho intensificou significativamente a demanda por biomassa energética, reforçando seu papel como elemento estruturante da segurança energética industrial. Nesse contexto, a biomassa

assegura previsibilidade de suprimento, estabilidade produtiva e redução da exposição a riscos associados à volatilidade de combustíveis fósseis.

O uso da biomassa também contribui para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, inserindo-se de forma estratégica nas políticas de transição energética e de promoção de uma economia de baixo carbono, com impactos positivos na competitividade ambiental dos produtos do estado.

4.3.2. FONTES DE BIOMASSA UTILIZADAS NO ESTADO

As fontes de biomassa utilizadas em Mato Grosso apresentam elevada diversidade e refletem a dinâmica produtiva regional, sendo provenientes de florestas plantadas, formações nativas manejadas e resíduos oriundos das cadeias florestal e agroindustrial.

Dentre as principais fontes, destacam-se biomassa proveniente de florestas plantadas, especialmente de eucalipto, utilizada predominantemente na forma de lenha para geração de energia térmica; os resíduos florestais oriundos de manejo florestal sustentável dos biomas Amazônia, incluindo galhadas, cascas, sementes e demais subprodutos; a biomassa proveniente de supressão de vegetação autorizada, decorrente da conversão legal do uso do solo; os resíduos decorrentes dessas supressões, tais como galhadas, tocos e raízes; os resíduos de indústrias madeireiras, incluindo ponteiros, aparas e sobras de processamento; e os resíduos agroindustriais, tais como casca de arroz, bagaço de milho, bagaço de cana-de-açúcar, resíduos de algodão e outros subprodutos da produção agrícola.

Observa-se, atualmente, predominância da biomassa destinada à geração de energia térmica, com destaque para a lenha oriunda da silvicultura, que representa a principal fonte energética do setor.

Todavia, o crescimento acelerado da demanda industrial impõe a necessidade de diversificação das fontes e ampliação da base de suprimento, mediante a expansão da silvicultura energética, o incremento do aproveitamento de resíduos florestais e agroindustriais, a consolidação do manejo florestal sustentável como fonte complementar e a promoção do princípio da máxima utilização dos recursos naturais, evitando desperdícios e ampliando a eficiência do uso da biomassa disponível.

4.3.3. MARCO LEGAL E AMBIENTAL PARA O APROVEITAMENTO DE BIOMASSA

O aproveitamento da biomassa no estado de Mato Grosso insere-se em um arcabouço normativo e técnico estruturado, orientado pelos princípios da legalidade, rastreabilidade, eficiência no uso dos recursos naturais e sustentabilidade ambiental.

No âmbito federal, destacam-se a Lei 12.651/2012 (Código Florestal) e a exigência de elaboração do Plano de Suprimento Sustentável – PSS, instrumento que assegura a compatibilização entre o consumo industrial de biomassa e a disponibilidade de matéria-prima florestal, promovendo previsibilidade e equilíbrio no uso dos recursos.

No âmbito estadual, a atuação da SEMA/MT abrange o licenciamento ambiental, a regulação da supressão de vegetação, o manejo florestal sustentável, bem como o controle do transporte e da comercialização de produtos florestais, por meio de sistemas oficiais de rastreabilidade. Ademais, a SEDEC/MT atua no fomento ao setor, por meio do Fundo Desenvolve Floresta.

Sob a perspectiva produtiva, os setores industrial, agrícola, agroindustrial, florestal e de silvicultura são responsáveis pela geração de uma ampla diversidade de produtos de biomassa, que constituem a base material para o aproveitamento energético no estado.

No setor florestal, destacam-se os produtos e subprodutos oriundos do manejo florestal sustentável, incluindo resíduos da exploração madeireira, como galhadas, copas, cascas e demais frações lenhosas não aproveitadas comercialmente, bem como produtos de menor valor agregado que podem ser direcionados ao uso energético.

No setor de silvicultura, a biomassa é proveniente dos plantios florestais, especialmente de eucalipto, abrangendo tanto a produção de lenha quanto resíduos gerados nas operações silviculturais, como desbastes, desrama, ponteiros e materiais oriundos da colheita florestal, constituindo uma fonte contínua e planejada de biomassa energética.

No setor industrial, destacam-se os resíduos oriundos do processamento florestal e madeireiro, incluindo cavacos, serragem, maravalha, aparas, costaneiras e demais subprodutos gerados nas etapas de transformação da madeira, que representam parcela significativa da biomassa disponível.

No setor agrícola, a biomassa é representada por resíduos gerados ao longo do ciclo produtivo, tais como palhada, restos culturais e subprodutos do beneficiamento e secagem de grãos, incluindo casca de arroz, sabugo de milho e outros resíduos vegetais decorrentes das etapas de colheita e pós-colheita.

No setor agroindustrial, destacam-se os subprodutos oriundos do processamento de matérias-primas agrícolas, com ênfase no bagaço de milho, bagaço de cana-de-açúcar, resíduos de algodão, cascas e frações orgânicas resultantes das etapas industriais, configurando importante fonte de biomassa integrada às cadeias produtivas do agronegócio mato-grossense.

O aproveitamento energético da biomassa oriunda de supressão de vegetação autorizada representa medida de racionalização do uso dos recursos naturais, permitindo transformar material lenhoso que, de outra forma, seria subutilizado ou destinado à queima a céu aberto em insumo energético com maior eficiência e controle ambiental.

Essa abordagem promove a máxima utilização dos recursos florestais disponíveis, a redução de emissões atmosféricas difusas associadas à queima não controlada, o aprimoramento do aproveitamento da biomassa e o fortalecimento da rastreabilidade e da governança ambiental da cadeia produtiva, não constituindo fator indutor da abertura de novas áreas.

Destaca-se ainda o avanço das diretrizes técnicas voltadas ao manejo florestal sustentável no bioma Cerrado, conforme estabelecido na Nota Técnica 22/2025/CGFLO/DBFLO, do IBAMA, que fundamenta a construção de parâmetros normativos para o aproveitamento sustentável da vegetação nativa, reconhecendo o manejo como alternativa técnica e ambientalmente adequada ao uso integral dos recursos florestais.

Dessa forma, o uso da biomassa em Mato Grosso configura componente estruturante da política energética e do desenvolvimento florestal, articulando eficiência produtiva, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da bioeconomia.

4.3.4. IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR FLORESTAL

A expansão da demanda por biomassa energética impõe a necessidade de reconfiguração do planejamento do setor florestal no estado de Mato Grosso, exigindo abordagem integrada entre produção, logística, regulação e desenvolvimento industrial.

Diante desse cenário, destacam-se as seguintes implicações estratégicas:

Expansão da base florestal plantada: a ampliação da área de florestas plantadas constitui elemento central para garantir a sustentabilidade do suprimento de biomassa, especialmente em áreas degradadas ou de baixa aptidão agrícola.

Planejamento territorial da produção: a competitividade da biomassa está diretamente associada à proximidade entre polos produtores e consumidores, demandando planejamento espacial integrado.

Uso eficiente da biomassa oriunda de supressão autorizada: o aproveitamento do material lenhoso decorrente de supressão de vegetação autorizada configura medida de eficiência ambiental, permitindo o uso produtivo de recursos já convertidos. Ao mesmo tempo, sua utilização reduz o desperdício de recursos naturais, substitui práticas de queima a céu aberto e promove maior eficiência energética e controle de emissões.

Consolidação do manejo sustentável do Cerrado: a regulamentação do manejo no bioma Cerrado representa oportunidade estratégica para estruturação de uma nova base de oferta de biomassa, pautada em critérios técnicos, rastreabilidade e sustentabilidade.

Transição da matriz de biomassa: a evolução do setor exige a redução progressiva da dependência de biomassa oriunda de vegetação nativa, com ampliação da participação de fontes renováveis cultivadas, de acordo com a legislação vigente.

Integração com a agenda de descarbonização: o uso de biomassa rastreável e o aproveitamento energético eficiente contribuem para o alinhamento do estado com políticas de mitigação de emissões, incluindo iniciativas como o Programa Mato Grosso Carbono Neutro 2035. Nesse sentido, a expansão da base florestal plantada assume papel fundamental para assegurar o suprimento sustentável de biomassa no estado, contribuindo simultaneamente para o fortalecimento da cadeia produtiva da madeira, para a segurança energética da agroindústria e para a agregação de valor à produção florestal.

Nesse contexto, a biomassa florestal consolida-se como ativo estratégico para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso, transcendendo sua condição de insumo energético e assumindo papel estruturante na integração entre produção florestal, agroindustrialização, transição energética e bioeconomia, no âmbito da estratégia de desenvolvimento florestal do estado.



5. DESAFIOS ESTRUTURAIS DO SETOR

5.1. AMBIENTE DE FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE FLORESTAL

O financiamento constitui elemento estruturante para o desenvolvimento do setor florestal em Mato Grosso, especialmente no que se refere à implantação de florestas plantadas, à realização de atividades de manejo florestal sustentável e ao desenvolvimento da base industrial associada à madeira e à biomassa. As atividades florestais apresentam características específicas que influenciam sua dinâmica de financiamento, entre elas os ciclos produtivos de médio e longo prazo, a necessidade de capital inicial significativo e o retorno econômico diferido ao longo do tempo. Essas particularidades condicionam a demanda por instrumentos financeiros compatíveis com prazos mais extensos de maturação dos investimentos.

No contexto regional, Mato Grosso dispõe de instrumentos públicos de financiamento que podem ser aplicados às atividades da cadeia produtiva florestal. Entre eles destaca-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, que integra a política nacional de desenvolvimento regional e contempla, em suas linhas de crédito, projetos relacionados à implantação de florestas plantadas, ao manejo florestal sustentável e ao processamento industrial da madeira. O fundo constitui uma das principais fontes de crédito de longo prazo disponíveis para atividades produtivas na região Centro-Oeste.

Outro instrumento aplicável às atividades florestais é o RenovAgro (antigo Programa ABC), voltado ao financiamento de práticas produtivas sustentáveis no meio rural. Entre as iniciativas contempladas pelo programa encontram-se a implantação de florestas plantadas, a recuperação de áreas degradadas e a adoção de sistemas integrados de produção, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF, que incorporam componentes florestais em sistemas produtivos rurais.

No âmbito estadual, o Fundo Desenvolve Floresta integra o conjunto de instrumentos institucionais voltados ao apoio da atividade florestal em Mato Grosso. O fundo apresenta características de financiamento relacionadas às especificidades do ciclo produtivo florestal e encontra-se em processo de estruturação operacional para viabilizar sua plena implementação como instrumento de apoio ao setor.

No contexto do fortalecimento dos instrumentos financeiros do setor, destaca-se a Resolução 039/2025/CGDF/MT, publicada em 17 de dezembro de 2025, que aprova o Regulamento das Linhas de Crédito para o Desenvolve Floresta. O instrumento estabelece critérios, procedimentos e diretrizes para o acesso, concessão e aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso – Desenvolve Floresta.

A regulamentação representa avanço na estruturação de mecanismos de financiamento voltados ao setor, ao oferecer condições mais adequadas à realidade da atividade florestal, como

taxas de juros e prazos de carência alinhados ao ciclo florestal e às diferentes etapas das operações florestais.

Apesar da existência desses mecanismos, o financiamento das atividades florestais ainda apresenta limitações relacionadas ao acesso efetivo ao crédito. Embora existam linhas de financiamento aplicáveis ao setor, a utilização dessas modalidades para atividades florestais ainda é limitada entre produtores mato-grossenses, o que evidencia desafios na efetiva internalização desses instrumentos pela cadeia produtiva. Em muitos casos, produtores rurais e empreendimentos florestais não acessam as linhas disponíveis, seja por desconhecimento das modalidades existentes, pela complexidade na estruturação de projetos ou pelas exigências associadas às operações de crédito.

O contexto macroeconômico também influencia a dinâmica de financiamento do setor. Em períodos caracterizados por taxas de juros mais elevadas, o custo do crédito tende a tornar-se fator adicional de restrição para investimentos de longo prazo, como aqueles associados à atividade florestal. Variações no custo do capital podem afetar a atratividade econômica de novos projetos e influenciar decisões de investimento.

Essas dificuldades tendem a manifestar-se com maior intensidade entre produtores de menor escala ou empreendimentos em fase inicial de implantação, que frequentemente enfrentam limitações relacionadas à apresentação de garantias, à estrutura financeira dos projetos ou à disponibilidade de assistência técnica especializada. Como resultado, parte do potencial de utilização dos instrumentos de financiamento existentes ainda não se traduz em operações efetivas voltadas ao setor florestal.

No caso do manejo florestal sustentável, além das linhas de crédito vinculadas às políticas agrícolas e de desenvolvimento regional, existem instrumentos aplicáveis ao financiamento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos florestais, incluindo madeira e produtos florestais não madeireiros. Essas atividades estão associadas à geração de renda em diferentes regiões do estado e à valorização econômica da floresta manejada.

Além das fontes tradicionais de crédito rural e de desenvolvimento regional, o mercado de capitais dispõe de instrumentos que podem ser aplicáveis ao financiamento de atividades vinculadas ao agronegócio e à cadeia produtiva da madeira. Entre esses instrumentos destacam-se a Cédula de Produto Rural – CPR, os Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, que podem ser utilizados na estruturação de operações financeiras relacionadas à produção, comercialização ou industrialização de produtos agropecuários e florestais. A utilização desses mecanismos está associada a fatores como rastreabilidade da produção, organização das cadeias produtivas e segurança jurídica das operações.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de iniciativas de cooperação internacional voltadas ao financiamento de projetos relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais. Em diferentes contextos, esses mecanismos têm sido associados a iniciativas ligadas à sus-

tentabilidade, conservação ambiental e desenvolvimento de cadeias produtivas vinculadas à bioeconomia.

De forma geral, o ambiente de financiamento da atividade florestal em Mato Grosso caracteriza-se pela presença de um conjunto diversificado de instrumentos públicos e privados. Ao mesmo tempo, persistem desafios relacionados à ampliação do acesso ao crédito, à adequação dos instrumentos financeiros às características do ciclo produtivo florestal e à maior difusão das oportunidades de financiamento disponíveis. Esses fatores influenciam diretamente a capacidade de expansão das florestas plantadas, o fortalecimento do manejo florestal sustentável e o desenvolvimento da cadeia produtiva da madeira no estado.

5.2. INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO FLORESTAL

A infraestrutura logística representa fator determinante para a competitividade das cadeias produtivas florestais em Mato Grosso. O transporte da madeira e da biomassa florestal entre as áreas de produção e os polos industriais ou centros consumidores constitui componente relevante da estrutura de custos da atividade, influenciando diretamente a viabilidade econômica dos empreendimentos florestais.

Mato Grosso possui extensa malha rodoviária, responsável pelo escoamento da maior parte da produção agropecuária e florestal do Estado. Nos últimos anos, o governo estadual promoveu avanços significativos na expansão e melhoria da infraestrutura viária, com a pavimentação de mais de 6.200 quilômetros de rodovias ao longo dos últimos sete anos. Esse esforço ampliou a integração territorial e melhorou as condições de acesso entre regiões produtoras e os principais corredores logísticos.

Entre as iniciativas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura logística destaca-se também a assunção, pelo estado, da gestão de trechos da BR-163, acompanhada da execução de obras de duplicação dessa importante rota de transporte. A medida representa inovação institucional na gestão da infraestrutura rodoviária e contribui para ampliar a capacidade de escoamento da produção, melhorar a segurança viária e reforçar a integração entre regiões produtoras e os principais corredores logísticos do Estado.

Além do transporte rodoviário, o modal ferroviário tem se consolidado como alternativa estratégica para o escoamento da produção em Mato Grosso. O terminal ferroviário de Rondonópolis, conectado à malha da Ferronorte e à Ferrovia Norte-Sul, representa importante ponto de integração logística, permitindo maior eficiência no transporte de cargas de longa distância e contribuindo para a redução de custos logísticos.

A expansão da Ferronorte em direção ao médio-norte do estado, com a extensão da ferrovia até o município de Lucas do Rio Verde, tende a ampliar a capacidade logística do estado e reforçar a integração das regiões produtoras com os principais corredores de exportação.

No caso da cadeia florestal, o terminal ferroviário de Rondonópolis desempenha papel estratégico no escoamento da produção de madeira de maior valor agregado, especialmente da teca produzida em Mato Grosso. Após o transporte inicial por rodovias desde as regiões produtoras até o terminal ferroviário, parte relevante dessa produção segue por ferrovia em direção aos portos de exportação, contribuindo para reduzir custos logísticos e ampliar a competitividade da madeira mato-grossense nos mercados internacionais. Essa integração entre transporte rodoviário e ferroviário constitui elemento relevante para a competitividade da cadeia da teca no estado, especialmente considerando a elevada participação das exportações no destino final dessa produção.

As atividades florestais apresentam particularidades logísticas associadas ao transporte da madeira e da biomassa, caracterizado por cargas volumosas e de elevado peso. Essa característica faz com que os custos de transporte exerçam influência significativa sobre a viabilidade econômica dos empreendimentos. Em termos gerais, a competitividade da produção florestal tende a estar associada à proximidade entre as áreas de plantio e as unidades industriais de processamento.

Em muitos casos, o transporte de madeira torna-se economicamente mais viável quando realizado dentro de um raio aproximado de até 200 km entre a área de produção e a indústria, embora essa distância possa variar conforme o tipo de produto, a infraestrutura disponível e o valor agregado da madeira.

A sensibilidade logística tende a ser ainda maior no caso da biomassa florestal destinada à geração de energia ou ao suprimento de caldeiras industriais. Por apresentar menor valor agregado por unidade de peso, a biomassa torna-se particularmente dependente da proximidade entre as áreas de produção e os pontos de consumo, o que reforça a importância da organização territorial da atividade florestal e da localização estratégica de empreendimentos industriais próximos às áreas produtoras.

O crescimento da demanda por madeira e biomassa florestal em Mato Grosso também tende a ampliar a relevância da infraestrutura logística para o desenvolvimento do setor. A expansão de agroindústrias, unidades de processamento de madeira e empreendimentos voltados à geração de energia a partir de biomassa aumenta a necessidade de fluxos logísticos eficientes entre áreas de produção e polos industriais.

Essas características evidenciam a importância da integração entre planejamento territorial, expansão da base florestal e localização de polos industriais, de forma a garantir maior eficiência logística e competitividade para a cadeia florestal em Mato Grosso.

5.3. CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COMO BASE DA PRODUTIVIDADE FLORESTAL

O desenvolvimento do setor florestal em Mato Grosso está diretamente associado à disponibilidade de mão de obra qualificada para atuar nas diferentes etapas da cadeia produtiva. A atividade florestal envolve operações técnicas, operacionais e industriais que demandam competências específicas ao longo de toda a cadeia, desde a produção de mudas e implantação dos plantios até as etapas de colheita, transporte, processamento industrial e gestão florestal.

A expansão da silvicultura e o fortalecimento do manejo florestal sustentável ampliam a demanda por profissionais com formação específica em diferentes áreas da cadeia produtiva, incluindo engenheiros florestais, técnicos em silvicultura, operadores de máquinas florestais, trabalhadores especializados em colheita e transporte de madeira, profissionais da indústria madeireira e técnicos voltados à produção de mudas e à gestão de viveiros.

Apesar do crescimento recente da atividade florestal no estado, observa-se que a formação profissional especializada ainda apresenta limitações estruturais, especialmente fora dos principais polos produtivos. A oferta de cursos técnicos e de formação voltados especificamente ao setor florestal ainda é relativamente restrita, o que contribui para dificuldades de recrutamento de mão de obra qualificada em determinadas regiões, sobretudo nas fases de implantação e condução de plantios, nas operações de colheita mecanizada e nas atividades técnicas associadas ao manejo florestal sustentável.

Embora o estado conte com instituições de ensino e pesquisa relevantes, como universidades públicas e centros de formação técnica, a distribuição territorial da oferta de cursos e capacitações ainda não acompanha plenamente a expansão das atividades florestais em todas as regiões produtoras.

No segmento operacional, funções como motosserristas, operadores de máquinas florestais e trabalhadores especializados em colheita e transporte exigem capacitação específica em segurança do trabalho, boas práticas operacionais e conformidade com a legislação ambiental. Entretanto, a formação sistemática desses profissionais ainda ocorre de forma heterogênea, sendo frequentemente conduzida pelas próprias empresas ou por iniciativas pontuais de qualificação profissional, o que evidencia a ausência de uma oferta estruturada e contínua de capacitação voltada ao setor florestal.

No manejo florestal sustentável, a necessidade de profissionais qualificados também manifesta-se de forma significativa. A elaboração e execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, a realização de inventários florestais, a identificação botânica de espécies e o planejamento das operações de exploração de impacto reduzido demandam profissionais com formação técnica e científica específicas. Frente a essas condições, a disponibilidade de especialistas em identificação botânica e inventário florestal ainda representa um desafio para

parte dos empreendimentos, especialmente em regiões mais distantes dos centros técnicos e universitários.

A expansão de sistemas produtivos integrados também amplia a demanda por profissionais com formação técnica abrangente. Modelos como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF, cuja adoção tem avançado em diferentes regiões do país e também em Mato Grosso, exigem conhecimento integrado das dimensões agrícola, pecuária e florestal. A gestão desses sistemas requer profissionais capazes de compreender as interações entre os diferentes componentes produtivos, planejar o uso do solo e conduzir práticas de manejo que conciliem produtividade, diversificação produtiva e sustentabilidade.

O avanço tecnológico do setor florestal, caracterizado pela mecanização das operações, pela adoção de tecnologias de monitoramento remoto e pela incorporação de ferramentas digitais de gestão e rastreabilidade, amplia a necessidade de novas competências técnicas associadas à silvicultura de precisão e à Indústria 4.0. Essa transformação tecnológica tende a exigir profissionais com maior qualificação técnica e capacidade de operar equipamentos avançados e sistemas digitais de gestão da produção florestal.

Outro segmento que demanda qualificação específica é o dos viveiros florestais. A produção de mudas com qualidade genética e fitossanitária adequada envolve processos técnicos especializados, incluindo seleção de materiais genéticos, manejo nutricional, irrigação, controle fitossanitário e aclimação de mudas. A expansão da base florestal no estado tende a ampliar a demanda por profissionais capacitados nessas atividades.

Assim, a ampliação da formação profissional voltada ao setor florestal configura um dos desafios estruturais para o crescimento sustentável da atividade no estado, especialmente diante das perspectivas de expansão das florestas plantadas, do manejo florestal sustentável e da diversificação da cadeia produtiva florestal nas próximas décadas.

Diante disso, torna-se fundamental estruturar estratégias voltadas ao fortalecimento da formação profissional e da capacitação técnica no setor florestal, articulando instituições de ensino, centros de pesquisa, setor produtivo e poder público. A ampliação e interiorização da oferta de cursos, programas de qualificação profissional e iniciativas de formação continuada representam elementos essenciais para sustentar a expansão da atividade florestal em Mato Grosso e garantir maior eficiência, segurança operacional e sustentabilidade nas diferentes etapas da cadeia produtiva.

5.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO FLORESTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

A assistência técnica e a extensão rural representam instrumentos fundamentais para a disseminação de tecnologias, a melhoria da gestão produtiva e a redução de riscos associados

às atividades agropecuárias e florestais. No setor florestal, a assistência técnica desempenha papel relevante na implantação de florestas plantadas, no manejo adequado dos plantios, na elaboração de projetos produtivos e na adequação ambiental das propriedades.

Em Mato Grosso, entretanto, a assistência técnica voltada especificamente à atividade florestal ainda apresenta cobertura limitada, especialmente quando comparada à estrutura existente para outras cadeias produtivas agropecuárias consolidadas no estado. Essa limitação torna-se mais evidente entre produtores de médio porte e agricultores familiares, que frequentemente possuem menor acesso a orientação técnica especializada.

A implantação de florestas plantadas envolve decisões técnicas complexas relacionadas à escolha de espécies, à seleção de material genético, ao preparo do solo, ao espaçamento, ao manejo nutricional, ao controle fitossanitário e ao planejamento de colheita. A ausência ou insuficiência de assistência técnica adequada pode resultar em baixos níveis de produtividade, aumento de custos operacionais e maior risco econômico para os produtores.

Além disso, a atividade florestal possui características específicas, como ciclos produtivos mais longos e maior intensidade de capital inicial, o que exige planejamento técnico e econômico detalhado. Em razão disso, a assistência técnica assume papel relevante também na estruturação de projetos de investimento e no acesso a instrumentos de financiamento, contribuindo para a viabilidade econômica dos empreendimentos.

No manejo florestal sustentável, a assistência técnica especializada é ainda mais crítica. A elaboração e execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS demandam conhecimentos técnicos específicos relacionados à legislação ambiental, inventário florestal, planejamento de exploração de impacto reduzido, rastreabilidade da produção e monitoramento das áreas manejadas. A complexidade técnica e regulatória dessas atividades pode representar uma barreira para parte dos produtores e empreendedores, especialmente quando não há suporte técnico qualificado disponível.

Outro aspecto relevante refere-se à difusão de tecnologias e boas práticas produtivas. A distância entre centros de pesquisa e produtores rurais ainda representa um desafio para a disseminação de inovações desenvolvidas no campo da silvicultura e do manejo florestal sustentável. A extensão rural desempenha papel estratégico nesse processo ao aproximar pesquisa, assistência técnica e produção.

Nesse sentido, o fortalecimento da assistência técnica e da extensão florestal configura-se como elemento relevante para ampliar a competitividade do setor, reduzir riscos produtivos e favorecer a inserção de diferentes perfis de produtores nas cadeias florestais do Estado.

5.5 SÍNTESE ESTRATÉGICA DO DIAGNÓSTICO

A base produtiva florestal do Estado é sustentada pela produção em florestas plantadas e pelo manejo florestal sustentável em florestas nativas, sistemas que contribuem de forma complementar para a oferta de madeira, energia de base florestal e outros produtos florestais.

A expansão das cadeias agroindustriais no estado, associada à crescente demanda por biomassa energética, madeira industrial e produtos de origem renovável, reforça o potencial do setor florestal como componente relevante da diversificação econômica e da transição para modelos produtivos mais sustentáveis.

Entretanto, o diagnóstico evidencia que os desafios associados ao desenvolvimento do setor apresentam caráter estrutural e interdependente, afetando de forma integrada a ampliação da base de florestas plantadas, o fortalecimento do manejo florestal sustentável e o desenvolvimento das atividades industriais e energéticas associadas aos recursos florestais.

Essas três dimensões estruturam a organização estratégica do Plano, que passa a ser orientado por pilares complementares voltados à produção florestal, ao manejo sustentável de florestas nativas e ao desenvolvimento da cadeia produtiva florestal e da biomassa.

Aspectos como o acesso a financiamento compatível com os ciclos produtivos florestais, a disponibilidade de assistência técnica especializada, a qualificação da mão de obra, a geração e disseminação de conhecimento técnico e as condições logísticas de transporte influenciam diretamente a expansão da base produtiva, a regularidade da oferta de matéria-prima e a competitividade do setor. Esses fatores estruturais condicionam o ritmo de expansão das atividades florestais e demandam ações coordenadas de política pública, planejamento e articulação institucional.

A análise do contexto produtivo, institucional e ambiental apresentada no diagnóstico evidencia tanto o elevado potencial de expansão do setor florestal em Mato Grosso quanto os desafios estruturais que ainda condicionam seu desenvolvimento pleno. Diante desse cenário, o Plano estabelece um conjunto de diretrizes estratégicas voltadas à expansão sustentável da base florestal, ao fortalecimento do manejo florestal sustentável e ao desenvolvimento da cadeia produtiva da madeira e da biomassa.

6. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A partir do diagnóstico realizado, são definidas as diretrizes estratégicas que orientarão a atuação do estado e dos diversos atores envolvidos no desenvolvimento do setor florestal de Mato Grosso.

Essas diretrizes estão organizadas em três pilares estratégicos, que refletem as principais dimensões da atividade florestal no estado: a expansão da base de florestas plantadas, o fortalecimento do manejo florestal sustentável em florestas nativas e o desenvolvimento da cadeia produtiva florestal e da biomassa.

O estado de Mato Grosso atuará de forma estratégica e integrada aos diferentes agentes do setor para promover o desenvolvimento das atividades florestais, com foco na ampliação da produção sustentável, no uso econômico responsável das florestas e no fortalecimento da base produtiva e industrial.

As diretrizes estabelecidas neste Plano buscam promover maior previsibilidade, segurança jurídica e coordenação institucional entre os diferentes atores públicos e privados envolvidos no desenvolvimento do setor florestal.

Ressalta-se que são apresentadas ações associadas a cada diretriz estratégica, com caráter exemplificativo e orientador, não se configurando como um rol exaustivo ou vinculante. Essas ações têm como finalidade orientar a implementação das diretrizes e subsidiar a estruturação de iniciativas, projetos e programas que contribuam para a operacionalização das estratégias e para o alcance das metas estabelecidas.

6.1. DIRETRIZES DO PILAR 1 – EXPANSÃO DA BASE DE FLORESTAS PLANTADAS

Para alcançar a visão de consolidar Mato Grosso como referência nacional em produção florestal e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do Estado, foram estabelecidas diretrizes estratégicas no âmbito do Pilar 1 – Expansão da Base de Florestas Plantadas.

Essas diretrizes atuam diretamente sobre os principais desafios identificados no diagnóstico, ao mesmo tempo em que potencializam as vantagens competitivas do estado, orientando a ampliação da base produtiva florestal, o aumento da produtividade e o fortalecimento da cadeia de suprimento associada à silvicultura.

De forma complementar, são propostas ações vinculadas a cada diretriz, com o objetivo de conferir maior concretude às estratégias, subsidiando a estruturação de iniciativas, programas e projetos voltados à expansão sustentável da produção florestal no estado.

As ações propostas visam facilitar a operacionalização das diretrizes, promovendo o aproveitamento produtivo de áreas antropizadas, o fortalecimento da cadeia de insumos, a adoção de sistemas produtivos mais eficientes e integrados, e a ampliação da oferta sustentável de madeira e biomassa.

Diretriz 1: Fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação do setor florestal

O aumento da produtividade e a segurança dos investimentos no setor florestal dependem do desenvolvimento e da difusão de soluções técnicas adaptadas às condições edafoclimáticas de Mato Grosso. Em razão disso, torna-se estratégico fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação da silvicultura, por meio do estímulo à pesquisa aplicada, à geração de conhecimento e ao desenvolvimento de soluções voltadas à realidade produtiva do estado.

Destaca-se ainda a importância de ampliar os estudos relacionados à sanidade florestal, com foco na prevenção, monitoramento e manejo sustentável de pragas e doenças que possam afetar as plantações florestais. Ao mesmo tempo, deve-se incentivar a adoção e a difusão de tecnologias aplicadas à silvicultura e às operações de colheita florestal, contribuindo para ganhos de produtividade, eficiência operacional e sustentabilidade das cadeias produtivas associadas ao setor.

O fortalecimento da base científica e tecnológica também envolve a articulação entre instituições de pesquisa, universidades, setor produtivo e órgãos governamentais, de modo a promover inovação contínua, aprimoramento genético das espécies cultivadas e desenvolvimento de soluções que ampliem a competitividade da silvicultura em Mato Grosso.

Foco: pesquisa, genética, produtividade, adaptação de espécies, inovação tecnológica, transferência de tecnologia.

Finalidade: estruturar base para expansão da silvicultura.

Quadro 1. Ações associadas

Fomento à Pesquisa Aplicada e Melhoramento Genético	Direcionar investimentos e esforços institucionais para o desenvolvimento contínuo de materiais genéticos florestais, buscando resiliência a restrições hídricas e ganhos de produtividade de biomassa.
Estruturação de programas de proteção e sanidade florestal	Articular soluções técnico-científicas voltadas à prevenção, monitoramento e controle de pragas e doenças, visando consolidar protocolos de manejo sanitário e colheita tecnológica.
Rede Estadual de Pesquisa Florestal	Articular universidades, centros de pesquisa e setor produtivo para desenvolver programas de pesquisa aplicada voltados à produtividade florestal, sanidade, adaptação genética e sistemas integrados de produção.

Diretriz 2: Eficiência produtiva, modernização das operações e qualificação técnica na silvicultura

A expansão e a consolidação da silvicultura em Mato Grosso dependem do aumento da eficiência produtiva e da adoção de práticas operacionais modernas e tecnologicamente avançadas. A modernização do setor florestal exige a qualificação do capital humano e a superação de entraves técnicos que ainda limitam o pleno desenvolvimento da atividade. Torna-se fundamental estimular a mecanização, a adoção de tecnologias de manejo e a melhoria contínua das práticas de implantação, condução e colheita das florestas plantadas. Destaca-se também a importância de investir em programas de capacitação alinhados às demandas da Indústria 4.0 e do manejo florestal moderno, incluindo a operação de tecnologias avançadas, contribuindo para o aumento da produtividade, a redução de custos operacionais e a maior competitividade da silvicultura no Estado.

Foco: mecanização, qualificação, eficiência operacional, logística interna, boas práticas de manejo.

Finalidade: melhorar a eficiência da produção.

Quadro 2. Ações associadas

Qualificação e desenvolvimento de capital humano	Estabelecer um ecossistema de capacitação profissional alinhado às demandas do manejo florestal moderno e da "Silvicultura 4.0", formando mão de obra altamente qualificada.
Otimização de pacotes tecnológicos e insumos	Promover a modernização das operações pela adoção de tecnologias avançadas e assegurar o acesso a maquinários modernos e a defensivos adequados e regulamentados.
Fortalecimento da assistência técnica para implantação e manejo de florestas plantadas	Incentivar programas de assistência técnica voltados à implantação, condução e manejo de florestas plantadas, promovendo a difusão de boas práticas silviculturais, aumento da produtividade e maior segurança técnica para produtores e investidores.
Programa Estadual de Difusão Tecnológica Florestal	Promover a disseminação de tecnologias e boas práticas de silvicultura por meio de unidades demonstrativas, dias de campo e capacitação técnica.

Diretriz 3: Incentivar um ambiente regulatório e econômico favorável

A ampliação da área plantada depende de um ambiente regulatório estável e favorável aos investimentos, bem como do fortalecimento das condições econômicas e institucionais que sustentam a expansão da atividade. Em razão disso, torna-se importante fortalecer a cadeia de insumos florestais, promover o acesso a instrumentos de financiamento compatíveis com o ciclo produtivo da silvicultura e ampliar a divulgação do potencial do estado junto a investidores, em âmbito nacional e internacional.

A diretriz também contempla o estímulo a instrumentos econômicos e financeiros voltados à recuperação de áreas degradadas por meio da implantação de florestas plantadas, contribuindo para reduzir barreiras de entrada e ampliar a atratividade econômica da atividade. Essa expansão busca atender, de forma sustentável, à crescente demanda por madeira e biomassa para usos industriais, energéticos e para o desenvolvimento da bioeconomia no estado.

Foco: segurança jurídica, simplificação regulatória, financiamento e incentivos econômicos.

Finalidade: reduzir barreiras à expansão.

Quadro 3. Ações associadas

Programa Novo Polo Florestal	Promover e estimular a ampliação da oferta de biomassa proveniente de florestas plantadas e resíduos florestais.
Adequação e expansão de instrumentos de financiamento	Ampliar a disponibilidade de linhas de crédito, fundos e mecanismos de capital com carências e taxas compatíveis com o longo ciclo de maturação dos ativos florestais
Promover segurança jurídica, aprimorar o ambiente de negócios e fomentar incentivos ao desenvolvimento do setor.	Promover a estabilidade do marco regulatório e ações institucionais que evidenciam o potencial do estado, reduzindo riscos e ampliando a atratividade para grandes investimentos.
Articulação com entidades reguladoras	Criação de câmaras técnicas para encaminhamentos em conjunto com o setor para possíveis regularização sanitárias do setor.
Promoção institucional e atração de investimentos	Estimular a implantação de novos projetos por meio da elaboração de materiais técnicos e da promoção institucional do potencial florestal de Mato Grosso junto a investidores nacionais e internacionais

Diretriz 4: Fortalecimento institucional e da governança do setor

O fortalecimento institucional da silvicultura em Mato Grosso requer o aprimoramento da governança do setor e maior articulação entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento das atividades florestais. Sob esse enfoque, é fundamental promover a integração entre órgãos governamentais, entidades representativas do setor produtivo, instituições de pesquisa e demais organizações relacionadas à cadeia florestal. Destaca-se também a importância de estimular a participação dos produtores em associações e entidades representativas, ampliando a representatividade do setor e fortalecendo a construção de agendas coletivas de desenvolvimento.

A promoção e a visibilidade da silvicultura também contribuem para o fortalecimento do setor, por meio da realização e do apoio a eventos técnicos, feiras de negócios e iniciativas de divulgação do potencial florestal do estado.

A governança institucional envolve ainda o aprimoramento da coordenação entre as estruturas públicas relacionadas ao setor florestal, buscando maior eficiência administrativa, simplificação de procedimentos e atuação articulada entre os órgãos responsáveis pela regulação, promoção e acompanhamento das atividades florestais.

Foco: articulação institucional, governança, coordenação entre órgãos, representatividade do setor e participação em entidades.

Finalidade: melhorar a governança da cadeia.

Quadro 4. Ações associadas

Promoção setorial	Ampliar a representatividade e a visibilidade da silvicultura por meio de eventos e campanhas institucionais, promovendo a atração de investimentos, a agregação de valor aos produtos florestais e o fortalecimento do setor.
Integração e aprimoramento da governança pública florestal	Otimizar as estruturas institucionais do estado e associações representativas para uma atuação articulada e desburocratizada, facilitando a jornada do empreendedor florestal.
Fortalecimento da articulação do setor florestal	Estimular a participação dos produtores em associações e cooperativas.

Embora apresentem características produtivas distintas, as florestas plantadas, o manejo florestal sustentável e a cadeia produtiva florestal constituem dimensões complementares do desenvolvimento do setor florestal de Mato Grosso. Enquanto as florestas plantadas ampliam a capacidade de produção de madeira, biomassa e outros produtos florestais, o manejo sustentável das florestas nativas contribui para a valorização econômica da floresta em pé.

Dessa forma, as diretrizes do Plano estão organizadas em três pilares estratégicos, que refletem essas diferentes dimensões da atividade florestal e orientam, de maneira integrada, a expansão da base produtiva, o uso sustentável dos recursos florestais e o fortalecimento da cadeia produtiva e da biomassa no Estado.

6.2. DIRETRIZES DO PILAR 2 – FORTALECIMENTO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Para alcançar a visão de consolidar Mato Grosso como referência nacional em manejo florestal sustentável e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do Estado, foram estabelecidas diretrizes estratégicas no âmbito do Pilar 2 – Fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável.

De forma complementar, são propostas ações vinculadas a cada diretriz, com o objetivo de conferir maior concretude às estratégias, subsidiando a estruturação de iniciativas, programas e projetos voltados à expansão qualificada do manejo florestal sustentável no estado.

As ações propostas visam facilitar a operacionalização das diretrizes, promovendo o uso sustentável dos recursos florestais, o fortalecimento da atividade de manejo, a ampliação da competitividade do setor e a consolidação de práticas que assegurem a sustentabilidade ambiental, econômica e social no longo prazo.

Diretriz 1: Fortalecimento da capacitação técnica e da assistência ao manejo florestal sustentável

Aperfeiçoar a capacitação técnica em identificação botânica e em atividades correlatas ao manejo florestal sustentável, incluindo a formação de romaneadores florestais responsáveis pelo controle da cadeia de custódia e pela adequada operação do sistema SISFLORA 2.0. A diretriz também busca ampliar o conhecimento técnico sobre boas práticas de manejo florestal sustentável entre os diferentes atores envolvidos na atividade, contribuindo para maior segurança operacional, conformidade legal e fortalecimento do setor.

Foco: capacitação profissional, boas práticas de manejo, inventário florestal, uso adequado de sistemas florestais, assistência técnica ao manejo.

Finalidade: estruturar base técnica e operacional para o desenvolvimento do manejo florestal sustentável.

Quadro 5. Ações associadas.

Programa de capacitação em identificação botânica	Realizar cursos e treinamentos para técnicos e profissionais do setor sobre identificação de espécies florestais, inventário florestal e técnicas de manejo sustentável.
Formação de romaneadores e treinamento no SISFLORA	Promover a capacitação de romaneadores florestais e operadores do sistema SISFLORA 2.0 para reduzir erros operacionais e melhorar o controle da cadeia de custódia da madeira.
Fortalecimento de assistência técnica ao manejo florestal sustentável	Incentivar programas de assistência técnica ao manejo florestal sustentável, oferecendo orientação sobre planejamento, execução e conformidade legal dos planos de manejo florestal sustentável.

Diretriz 2: Valorização e promoção do manejo florestal sustentável

Promover a valorização institucional do manejo florestal sustentável, evidenciando a adoção de práticas responsáveis e o compromisso do setor com a conservação ambiental. A diretriz busca difundir o entendimento de que o manejo constitui ferramenta técnica e legal capaz de conciliar produção e conservação, assegurando a manutenção da floresta em pé e fortalecendo a legitimidade social da atividade.

Também envolve a disseminação de informações qualificadas sobre o papel do manejo na geração de renda, na legalidade da produção madeireira e na manutenção dos serviços ambientais, contribuindo para fortalecer a legitimidade social da atividade e ampliar sua aceitação junto à sociedade.

Foco: valorização institucional do manejo, comunicação estratégica, divulgação de boas práticas, legitimidade social da atividade e produção legal de madeira.

Finalidade: fortalecimento da imagem do manejo florestal sustentável como atividade que mantém a floresta em pé.

Quadro 6. Ações associadas

Campanhas de valorização do manejo florestal sustentável	Desenvolver campanhas institucionais mostrando que o manejo florestal sustentável contribui para manter a floresta em pé e geração de renda.
Divulgação de boas práticas do setor	Promover eventos, seminários e materiais informativos que apresentem experiências bem-sucedidas de manejo florestal sustentável.
Estímulo ao consumo de produtos do manejo	Promover ações voltadas ao estímulo da aquisição de produtos originados do manejo florestal sustentável.

Diretriz 3: Acesso ao financiamento e inovação tecnológica no manejo florestal sustentável

Promover a ampliação do acesso a mecanismos de financiamento para o setor de manejo florestal sustentável, bem como estimular a adoção e o desenvolvimento de novas tecnologias capazes de aumentar a eficiência das operações e reduzir os custos de produção.

A diretriz contempla o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao setor, incluindo a criação e a adequação de linhas de crédito destinadas à elaboração, implantação e execução dos

Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, bem como o incentivo à inovação tecnológica aplicada às atividades de inventário, planejamento e exploração florestal.

Foco: linhas de crédito, redução de custos operacionais, inovação tecnológica, eficiência das operações e modernização do setor.

Finalidade: viabilidade econômica e aumento da eficiência produtiva do manejo florestal sustentável.

Quadro 7. Ações associadas

Ampliação de linhas de crédito para PMFS	Articular com instituições financeiras a estruturação de linhas de crédito e instrumentos financeiros voltados à elaboração e execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável.
Estratégias para redução de custos do manejo	Identificar mecanismos para reduzir custos de produção, como incentivos fiscais, apoio técnico e políticas públicas específicas para o setor.
Fomento à inovação tecnológica no manejo florestal sustentável	Modernizar o setor florestal com tecnologias digitais (LiDAR/remoto) para otimizar o planejamento, reduzir custos e garantir operações de baixo impacto.

Diretriz 4: Consolidação e expansão de planos de manejo florestal sustentável

Promover a manutenção e a ampliação das áreas sob manejo florestal sustentável no Estado, estimulando a continuidade dos planos de manejo em operação e incentivando a elaboração de novos Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS em áreas com potencial florestal. Atualmente, Mato Grosso conta com aproximadamente 5,3 milhões de hectares sob manejo em propriedades privadas, além de extensas áreas com potencial para expansão, incluindo territórios ainda não destinados e áreas passíveis de concessão florestal.

Nesse viés, a diretriz busca ampliar a disseminação de informações técnicas e a valorização institucional do manejo florestal sustentável, fortalecendo a atividade e ampliando sua contribuição para o desenvolvimento regional e para a valorização econômica da floresta em pé.

Foco: continuidade dos PMFS existentes, implantação de novos planos, mapeamento de áreas com potencial, expansão da área manejada.

Finalidade: ampliação da área sob manejo florestal sustentável no estado.

Quadro 8. Ações associadas

Apoio à continuidade de planos de manejo existentes	Criar mecanismos de incentivo técnico e institucional para manter áreas que já operam com manejo florestal sustentável.
Estímulo à elaboração de novos PMFS	Promover a divulgação de informações técnicas e econômicas para incentivar proprietários e empresas a implantar novos planos de manejo.
Diagnóstico Territorial para Expansão do Manejo Florestal Sustentável	Realizar estudos para identificação de áreas públicas com potencial para concessões florestais sustentáveis.

Diretriz 5: Otimização e padronização dos processos do manejo florestal sustentável

Promover o aprimoramento e a padronização dos procedimentos relacionados ao manejo florestal sustentável, com foco na simplificação dos fluxos processuais, no aumento da eficiência das etapas de licenciamento e no fortalecimento da segurança jurídica e da previsibilidade regulatória para o setor. A diretriz também contempla a melhoria dos procedimentos associados ao comércio exterior de produtos florestais, especialmente nos processos de exportação realizados em áreas portuárias.

Foco: simplificação de licenciamento, padronização de procedimentos, segurança jurídica, previsibilidade regulatória, melhoria de processos de exportação.

Finalidade: aprimoramento da governança e do ambiente regulatório do manejo florestal sustentável.

Quadro 9. Ações associadas

Padronização de procedimentos administrativos	Revisar, padronizar e simplificar os processos de análise e emissão de licenças relacionadas ao manejo florestal sustentável.
Simplificação de processos de exportação	Propor melhorias nos procedimentos burocráticos e documentais relacionados ao comércio exterior de produtos florestais.
Integração e modernização dos sistemas de gestão do manejo florestal sustentável	Promover o aprimoramento e a integração dos sistemas digitais relacionados ao controle, rastreabilidade e monitoramento das atividades de manejo florestal sustentável.

6.3. DIRETRIZES DO PILAR 3 – FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA FLORESTAL E DA BIOMASSA

Para alcançar a visão de consolidar Mato Grosso como referência na transformação e valorização econômica dos produtos florestais e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do estado, foram estabelecidas diretrizes estratégicas no âmbito do Pilar 3 – Fortalecimento da Cadeia Produtiva Florestal e da Biomassa.

De forma complementar, são propostas ações vinculadas a cada diretriz, com o objetivo de conferir maior concretude às estratégias, subsidiando a estruturação de iniciativas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento da indústria de base florestal, à diversificação de produtos e ao fortalecimento do suprimento sustentável para diferentes setores econômicos.

As ações propostas visam facilitar a operacionalização das diretrizes, promovendo a integração entre produção e indústria, o estímulo à inovação e à bioeconomia, o aproveitamento de resíduos e biomassa, e o aumento da competitividade das cadeias produtivas florestais no Estado.

Diretriz 1: Aproveitamento energético e industrial da biomassa

Ampliar o uso da biomassa como insumo energético e industrial no estado, priorizando fontes renováveis, por meio do aproveitamento eficiente de resíduos e subprodutos provenientes das atividades florestais, agroindustriais e de outras cadeias produtivas. Busca estimular o desenvolvimento de soluções tecnológicas, modelos de negócio e arranjos produtivos que ampliem a oferta de biomassa para geração de energia térmica e elétrica, bem como para outros usos industriais, contribuindo para a segurança de suprimento energético, a redução de emissões e o fortalecimento da competitividade das indústrias instaladas em Mato Grosso.

Foco: biomassa de resíduos florestais e agroindustriais, energia renovável, suprimento industrial.

Finalidade: assegurar a previsibilidade do suprimento energético industrial, maximizar a eficiência no uso de recursos renováveis.

Quadro 10. Ações associadas

Elaboração do balanço estadual de biomassa	Consolidar periodicamente informações sobre a oferta e a demanda de biomassa, madeira e produtos florestais, visando garantir transparência, subsidiar políticas públicas e orientar decisões de atração de investimentos.
Incentivo ao uso de biomassa renovável em processos industriais	Fomentar a adoção da biomassa renovável como fonte primária para a geração de vapor e energia térmica em processos produtivos intensivos e contínuos.
Fomento ao aproveitamento da biomassa florestal	Incentivar o uso eficiente da biomassa e dos resíduos da produção florestal para a geração de energia.
Integração com cadeias agroindustriais geradoras de resíduos	Estimular a sinergia entre o setor florestal e o agropecuário para o aproveitamento combinado de recursos regionais, integrando subprodutos da produção agrícola à matriz de suprimento das caldeiras industriais.

Diretriz 2: Desenvolvimento da bioeconomia florestal

Ampliar a agregação da bioeconomia baseada em recursos florestais, estimulando a diversificação produtiva, a inovação tecnológica e a agregação de valor às cadeias florestais no estado. A diretriz incentiva a máxima eficiência no aproveitamento de matérias-primas provenientes tanto de florestas plantadas quanto do manejo florestal sustentável, incluindo produtos madeireiros e não madeireiros, fibras, extratos, sementes, óleos, resinas e outros compostos naturais, além de resíduos agroindustriais.

Também contempla o estímulo ao desenvolvimento de novos produtos, processos e mercados associados à madeira, à biomassa e aos produtos da sociobiodiversidade, incentivando o beneficiamento, a inovação industrial e a verticalização da produção. A diretriz contribui para ampliar as oportunidades de geração de renda, fortalecer cadeias produtivas regionais e promover a valorização econômica da floresta em pé, alinhando desenvolvimento econômico, conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais.

Foco: produtos madeireiros e não madeireiros, agroflorestas, biomassa e bioprodutos, fibras, extratos e compostos naturais, sociobiodiversidade, agregação de valor e inovação.

Finalidade: promover o desenvolvimento da bioeconomia baseada em recursos florestais.

Quadro 11. Ações associadas

Fomento a sistemas agroflorestais	Incentivar a implantação de SAFs, integrando espécies nativas e frutíferas para promover conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e diversificação de renda
Fortalecimento das cadeias produtivas de PFNM	Fortalecer as cadeias produtivas de produtos florestais não madeireiros – PFNM, promovendo organização de produtores, capacitação e apoio à produção e comercialização sustentável.
Incentivo ao beneficiamento e agregação de valor	Ampliar o beneficiamento e a agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade provenientes do manejo florestal sustentável por meio do processamento, da inovação e do acesso a mercados.
Estímulo ao desenvolvimento de bioprodutos e novos materiais	Incentivar a inovação e o desenvolvimento de novos produtos de maior valor agregado derivados de recursos florestais, como madeiras engenheiradas, bioprodutos, extratos naturais e outros materiais avançados.

Diretriz 3: Fortalecimento e diversificação da cadeia produtiva florestal

Este eixo busca fortalecer e diversificar a cadeia produtiva florestal no estado, para ampliar a agregação de valor aos produtos de origem florestal e o desenvolvimento de novas oportunidades econômicas associadas à madeira e a outros recursos florestais. Busca estimular o adensamento industrial, a modernização das atividades de transformação da madeira e a expansão de mercados para produtos florestais, contribuindo para aumentar a competitividade

do setor, gerar emprego e renda e consolidar o papel do setor florestal como vetor de desenvolvimento econômico sustentável em Mato Grosso.

Foco: indústria da madeira, agregação de valor, novos mercados e adensamento industrial, madeira industrial, madeiras engenheiradas, celulose.

Finalidade: agregação de valor aos produtos de origem florestal, do desenvolvimento industrial da madeira e da ampliação de mercado.

Quadro 12. Ações associadas

Atração de investimentos e adensamento industrial	Promover a instalação e consolidação de indústrias de base florestal de alto valor agregado, fortalecendo o processamento local da matéria-prima e a formação de polos regionais de desenvolvimento florestal.
Abertura e expansão de novos mercados	Apoiar a inserção competitiva dos produtos florestais mato-grossenses — destacando-se a madeira de teca e os produtos do manejo sustentável — nos mercados nacional e internacional.
Integração logística de polos florestais industriais	Contribuir com o planejamento da infraestrutura estadual, apresentando as demandas de escoamento do setor florestal para análise e avaliação dos órgãos competentes.

Diretriz 4: Fortalecimento da inteligência de dados e da transparência do setor

A segurança jurídica e o planejamento industrial dependem da disponibilidade de informações confiáveis e atualizadas sobre a produção, o consumo e a oferta de recursos florestais. Em decorrência disso, torna-se estratégico fortalecer a inteligência de dados do setor florestal, por meio da integração de bases de informação e do desenvolvimento de sistemas de monitoramento da biomassa, assegurando maior transparência na gestão da oferta e da demanda e contribuindo para a conexão entre produtores e a demanda industrial.

Paralelamente, devem ser promovidas, em articulação com os órgãos competentes, iniciativas permanentes de coleta, sistematização e análise de informações estatísticas do setor florestal, com o objetivo de reduzir assimetrias de informação, apoiar o planejamento produtivo e industrial e criar um ambiente mais favorável à atração de investimentos.

Foco: estatísticas florestais, monitoramento de biomassa, integração de bases de dados e previsibilidade para indústria, transparência.

Finalidade: melhorar o planejamento e atração de investimento.

Quadro 13. Ações associadas

Programa de certificação da biomassa florestal	Promover a transparência na gestão da oferta e do consumo de biomassa florestal e garantir a rastreabilidade.
Estudos de viabilidade econômica da silvicultura	Realizar estudos técnicos e econômicos sobre a implantação e expansão de florestas plantadas em Mato Grosso, considerando custos, produtividade e a dinâmica de oferta e demanda de biomassa.
Programa de inteligência territorial da silvicultura	Desenvolver um sistema de inteligência territorial baseado em análises espaciais para mapear áreas degradadas ou de baixa aptidão agrícola com potencial para silvicultura, integrando dados técnicos e logísticos.
Sistema Estadual de Informações Florestais	Integrar bases de dados sobre produção, consumo, áreas plantadas e logística, permitindo monitoramento contínuo da oferta de madeira e biomassa no estado.



7. METAS E RESULTADOS PROJETADOS

Resultados estruturantes do desenvolvimento florestal de mato grosso

A implementação das diretrizes e ações previstas neste Plano deverá produzir transformações estruturais no setor florestal mato-grossense ao longo do horizonte 2026–2040. Esses resultados representam os principais efeitos econômicos, produtivos e institucionais esperados, decorrentes da execução das políticas públicas e iniciativas articuladas pelo estado em parceria com o setor produtivo, instituições de pesquisa e sociedade civil, consolidando o setor florestal como importante vetor de desenvolvimento econômico sustentável para Mato Grosso.

Nesse contexto, esta seção apresenta as metas e os resultados projetados do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso, considerando o horizonte estratégico até 2040. As metas fundamentam-se nos três Pilares do Plano, que visam ampliar, modernizar e diversificar a base florestal estadual, abrangendo iniciativas relacionadas à silvicultura, ao manejo florestal sustentável e ao aproveitamento energético e industrial da biomassa, que constituem os principais componentes da economia florestal e de transição energética do estado.

Os pilares apresentados na Síntese Estratégica sintetizam essa ambição em três grandes resultados agregados e são desdobradas, nesta seção, em metas específicas numeradas (Metas 1 a 9), com objetivos, indicadores e prazos detalhados. A Meta 1 e a Meta 2 detalham o Pilar 1 (expansão da base de florestas plantadas); as Metas 3, 4 e 5 detalham o Pilar 2 (manejo florestal sustentável), englobando a expansão da área conservada, o aumento das exportações e a valorização de produtos florestais não madeireiros. O Pilar 3 (fortalecimento da cadeia produtiva florestal e da biomassa) está estruturado agrupando as Metas 6, 7, 8 e 9 de forma totalmente integrada. Esse eixo conjunto une a atração e transformação industrial de alto valor agregado ao aproveitamento transversal da biomassa, abrangendo todas as fontes disponíveis e alicerçando-se na promoção do princípio da máxima utilização dos recursos naturais, evitando desperdícios e ampliando a eficiência do uso da biomassa disponível, o que garante a industrialização competitiva, a circularidade de resíduos, a segurança do suprimento logístico e a rastreabilidade energética do estado.

Para orientar a implementação do Plano, as metas foram estruturadas e consolidadas para o horizonte referencial de longo prazo de 2040. Esse marco estratégico permite projetar as ações e acompanhar a trajetória estrutural de desenvolvimento do setor florestal mato-grossense de forma contínua ao longo de todo o período de vigência do Plano.

As projeções dialogam ainda com importantes agendas de políticas públicas voltadas ao clima e à produção sustentável. Para 2030, as metas do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso apresentam convergência com o Programa ABC+ e com o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF). Para 2035, considera-se o avanço da agenda de neutralidade de carbono. Já o horizonte de 2040 representa a consolidação dos resultados esperados do Plano, orientando o crescimento do setor com foco na sustentabilidade, na valorização da floresta em pé e no fortalecimento da economia florestal do estado.

Dessa forma, as metas apresentadas nesta seção constituem referenciais para o acompanhamento da implementação do Plano, permitindo orientar a atuação das instituições envolvidas e subsidiar o monitoramento dos avanços do setor florestal até 2040.



7.1. METAS DO PILAR 1 – EXPANSÃO DA BASE DE FLORESTAS PLANTADAS

Meta 1 – Expandir a base de florestas plantadas no estado para 700 mil hectares até 2040.

Objetivo: expandir de forma sustentável a base de florestas plantadas no estado, priorizando a conversão produtiva de áreas degradadas e a ampliação de sistemas integrados com foco na proximidade a polos industriais, corredores logísticos e regiões com aptidão territorial para a silvicultura, a fim de aumentar a oferta de madeira e biomassa e impulsionar o desenvolvimento industrial e energético de Mato Grosso.

Resultados projetados: monitoramento da oferta e demanda florestal; certificação da produção; ampliação do acesso ao crédito e instrumentos financeiros; fortalecer a segurança jurídica.

Indicadores associados: área total de florestas plantadas (ha); volume de financiamentos destinados à silvicultura.

Meta 2 – Aumentar a produtividade média dos plantios florestais no estado até 2040.

Objetivo: elevar a produtividade, a eficiência e a qualidade da base de florestas plantadas no estado, por meio do fortalecimento da pesquisa, do melhoramento genético, da inovação tecnológica e da disseminação de boas práticas de manejo silvicultural, a fim de consolidar uma base mais produtiva, tecnificada, competitiva e adaptada às condições edafoclimáticas de Mato Grosso.

Resultados projetados: disponibilização de materiais genéticos (clones de eucalipto, teca, entre outras espécies) devidamente testados, validados e que demonstrem aptidão e resiliência a déficits hídricos sazonais; ampliação da silvicultura de precisão e mecanização; formação de mão de obra qualificada.

Indicadores associados: produtividade média das florestas plantadas ($m^3/ha/ano$); número de tecnologias/ protocolos disponibilizados; número de profissionais capacitados.



7.2. METAS DO PILAR 2 – FORTALECIMENTO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Meta 3 – Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6,5 milhões de hectares até 2040.

Objetivo: ampliar a área de florestas nativas manejadas de forma sustentável no estado, fortalecendo a produção legal de madeira, valorizando a floresta em pé e garantindo maior regularidade no fornecimento de matéria-prima, a fim de consolidar o manejo florestal sustentável como importante fonte de suprimento e de valorização econômica da floresta em Mato Grosso.

Resultados projetados: fortalecimento da assistência técnica e qualificação profissional; ampliação do acesso ao crédito e instrumentos financeiros; incentivo à manutenção de áreas já manejadas e à criação de novos PMFS; mapeamento de áreas com potencial para expansão do manejo; maior regularidade de suprimento de madeira para a indústria.
Indicador associado: área total sob manejo florestal sustentável autorizado (ha); volume anual de madeira proveniente de manejo sustentável (m³/ano).

Meta 4 - Aumentar em 30% o volume das exportações de produtos de origem florestal sustentável até 2040.

Objetivo: fortalecer a competitividade da produção florestal sustentável de Mato Grosso, por meio da padronização e eficiência dos processos administrativos e operacionais, da ampliação da oferta de matéria-prima e da valorização da imagem do setor, a fim de expandir o volume e a presença das exportações nos mercados nacional e internacional.

Resultados projetados: padronização e simplificação de processos administrativos e de exportação; fortalecimento da rastreabilidade e controle da produção; promoção da imagem do

manejo florestal sustentável; ampliação da inserção em mercados nacionais e internacionais.
Indicador associado: volume exportado; valor das exportações; número de mercados acessados.

Meta 5 - Aumentar em 30% a comercialização de produtos florestais não madeireiros provenientes de áreas sob manejo florestal sustentável até 2040.

Objetivo: promover a diversificação econômica associada às florestas nativas manejadas, estimulando cadeias produtivas de produtos florestais não madeireiros, com ênfase em frutos, sementes e óleos vegetais, bem como o fortalecimento das cadeias da bioeconomia amazônica e de iniciativas de bioeconomia florestal. Esses produtos possuem elevado potencial econômico e ambiental, contribuindo para a geração de renda, a valorização da floresta em pé e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis baseadas no uso da biodiversidade.

Resultados projetados: fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade; incentivo ao beneficiamento e agregação de valor; apoio à organização produtiva e acesso a mercados; promoção do uso sustentável da biodiversidade.

Indicador associado: volume de produção de PFNM; valor comercializado; número de cadeias produtivas estruturadas.

A concretização das metas e resultados projetados requer a articulação entre instituições públicas, setor produtivo e organizações parceiras, bem como mecanismos claros de coordenação e acompanhamento das ações previstas. A seção seguinte apresenta a estrutura de implementação e governança do Plano, estabelecendo os arranjos institucionais necessários para viabilizar sua execução.

7.3. METAS DO PILAR 3 – CADEIA PRODUTIVA FLORESTAL E BIOMASSA



Meta 6 – Aproveitamento energético e circularidade de resíduos.

Objetivo: ampliar o uso da biomassa como insumo energético e industrial no estado, promovendo o aproveitamento eficiente de resíduos e subprodutos provenientes das atividades florestais, agroindustriais e de supressão autorizada.

Resultados projetados: transformação de materiais que seriam subutilizados ou queimados a céu aberto em insumo energético e diversificação da matriz de suprimento das caldeiras industriais.

Indicador associado: volume de resíduos florestais e agroindustriais integrados à matriz de suprimento industrial (toneladas ou m³/ano) e número de iniciativas de bioeconomia fomentadas.

Meta 7 – Segurança de suprimento e integração logística industrial.

Objetivo: assegurar a previsibilidade do suprimento energético para as indústrias de processos intensivos e contínuos, alinhando o planejamento territorial à localização estratégica das indústrias consumidoras, com demanda por biomassa energética.

Resultados projetados: fomento à adoção da biomassa como fonte primária para geração de vapor e energia térmica, aumento da eficiência logística por meio do uso das malhas rodoviárias e ferroviárias, e formação de polos regionais de desenvolvimento florestal.

Indicador associado: quantidade de novas indústrias transformadoras ou consumidoras instaladas em polos logísticos integrados e volume de energia térmica ou elétrica gerada a partir de biomassa florestal na matriz industrial.

Meta 8 – Atrair e implantar no estado uma indústria de transformação da cadeia florestal de alto valor agregado até 2040.

Objetivo: atrair, implantar e consolidar, no estado, empreendimentos industriais de transformação da madeira de alto valor agregado até 2040, ampliando a agregação de valor à produção florestal, promovendo a diversificação da matriz industrial e a geração sustentável de emprego e renda, a fim de consolidar Mato Grosso como um polo competitivo, com cadeias integradas e maior transformação local da madeira.

Resultados projetados: ampliação da industrialização da produção florestal; diversificação de produtos derivados da madeira; fortalecimento da competitividade da indústria florestal estadual.

Indicadores: número de empreendimentos industriais vinculados à cadeia florestal; volume de madeira processada no estado (m³/ano).

Meta 9 – Rastreabilidade, certificação e inteligência de dados da biomassa.

Objetivo: garantir a transparência na gestão da oferta e do consumo de biomassa florestal,

assegurando a rastreabilidade em toda a cadeia produtiva e reduzindo as assimetrias de informação.

Resultados projetados: implementação do Programa de Certificação da Biomassa Florestal, consolidação do Sistema Estadual de Informações Florestais e elaboração periódica do Balanço Florestal de Mato Grosso.

Indicador associado: percentual (%) de biomassa comercializada e consumida com certificação de origem/ rastreabilidade e periodicidade de atualização do Balanço Florestal estadual.

8. IMPLEMENTAÇÃO E GOVERNANÇA DO PLANO

A implementação do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso fundamenta-se em um modelo de governança baseado na cooperação institucional, no diálogo permanente e na participação articulada entre o poder público, o setor produtivo, as instituições de pesquisa e a sociedade civil. Essa abordagem busca assegurar coordenação entre os diferentes atores envolvidos, alinhamento estratégico das políticas públicas e maior eficiência na execução das ações propostas, contribuindo para consolidar Mato Grosso como polo de referência no desenvolvimento florestal sustentável.

Com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano e fortalecer o diálogo institucional entre os diferentes segmentos do setor florestal, será instituída a Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso, no âmbito do Conselho Gestor do Fundo Desenvolve Floresta. A Câmara Técnica terá caráter permanente e funcionará como instância de apoio técnico e de articulação institucional para o acompanhamento das diretrizes estratégicas e da evolução das metas estabelecidas pelo Plano.

Compete à Câmara Técnica analisar periodicamente o andamento das ações associadas às diretrizes estratégicas, sistematizar informações sobre a evolução do setor florestal, propor indicadores de acompanhamento e elaborar recomendações de aperfeiçoamento do Plano, a serem submetidas à apreciação do Conselho Gestor do Desenvolve Floresta. As propostas elaboradas pela Câmara Técnica serão encaminhadas ao Conselho Gestor do Desenvolve Floresta, instância responsável por apreciar as recomendações apresentadas e deliberar sobre orientações estratégicas e eventuais ajustes necessários à implementação do Plano.

A implementação do Plano contará também com a articulação institucional com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA-MT, cuja atuação será especialmente relevante no que se refere à regularidade ambiental das atividades florestais e ao aproveitamento sustentável da biomassa. A SEMA integra o Conselho Gestor do Fundo Desenvolve Floresta, o que fortalece a coordenação entre as políticas de desenvolvimento produtivo e a

gestão ambiental no estado. Essa cooperação contribui para assegurar que a expansão das atividades florestais e o uso energético da biomassa ocorram em conformidade com a legislação ambiental vigente e com os princípios do uso sustentável dos recursos naturais.

As ações associadas às diretrizes estratégicas apresentadas neste Plano possuem caráter orientador e exemplificativo, não se configurando como um rol exaustivo ou vinculante. Sua finalidade é conferir maior clareza às estratégias propostas e indicar caminhos possíveis para a estruturação de iniciativas, programas e projetos voltados ao fortalecimento do setor florestal. Dessa forma, a implementação do Plano poderá incorporar novas iniciativas ao longo do tempo, de acordo com a evolução do setor, as oportunidades de investimento e as prioridades definidas pelas instâncias de governança.

Nesse contexto, as diretrizes estabelecidas neste Plano deverão orientar a estruturação de projetos prioritários, com definição clara de objetivos, responsáveis institucionais, prazos de execução, fontes de financiamento e indicadores de acompanhamento, de modo a favorecer a coordenação das iniciativas e ampliar a efetividade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor florestal em Mato Grosso. A implementação das ações previstas também deverá contribuir para ampliar a atratividade de Mato Grosso como destino de investimentos no setor florestal e nas cadeias associadas à bioeconomia, fortalecendo a confiança de investidores, produtores e indústrias na estabilidade institucional e no potencial de crescimento do setor no Estado.

8.1. INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso será apoiada por um conjunto de instrumentos voltados ao fortalecimento da economia florestal do estado, à expansão sustentável da base produtiva e à promoção de investimentos na cadeia produtiva da madeira, da bioeconomia florestal e do aproveitamento da biomassa.

Entre os instrumentos destacam-se os mecanismos de financiamento e fomento à atividade florestal, incluindo o Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso – Desenvolve Floresta, linhas de crédito voltadas à implantação de florestas plantadas e iniciativas destinadas ao fortalecimento da cadeia produtiva de base florestal. Esses instrumentos poderão apoiar projetos de implantação florestal, manejo sustentável, desenvolvimento industrial, inovação tecnológica e aproveitamento econômico de produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

A implementação do Plano também poderá contar com programas de assistência técnica e transferência de tecnologia voltados à difusão de boas práticas de produção, ao aumento da produtividade florestal e à adoção de modelos produtivos sustentáveis, incluindo sistemas in-

tegrados de produção e iniciativas associadas à bioeconomia florestal, bem como dependerá da articulação com instituições federais, governos municipais e entidades representativas do setor produtivo, fortalecendo a coordenação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento florestal sustentável.

Outro instrumento relevante refere-se à promoção de investimentos no setor florestal, por meio da articulação institucional entre o poder público, o setor produtivo e instituições de pesquisa, com o objetivo de ampliar a atração de empreendimentos industriais, fortalecer a agregação de valor à produção florestal e estimular o desenvolvimento de novas cadeias produtivas baseadas em recursos florestais.

A implementação das iniciativas previstas neste Plano também deverá contar com a mobilização de recursos provenientes de parcerias com o setor privado, programas nacionais e mecanismos internacionais de financiamento associados à agenda climática e ao desenvolvimento sustentável.

A combinação desses instrumentos busca criar um ambiente favorável à expansão da base florestal, ao fortalecimento da cadeia produtiva da madeira, ao desenvolvimento da bioeconomia e ao aproveitamento energético e industrial da biomassa, contribuindo para ampliar a competitividade do setor florestal e impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável de Mato Grosso.

9. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO

O monitoramento do Plano de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso será conduzido pela Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano, com apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC-MT, responsável pela consolidação das informações e pelo suporte técnico às atividades de avaliação. Os resultados do acompanhamento serão apresentados ao Conselho Gestor do Fundo Desenvolve Floresta, instância responsável por apreciar os relatórios de evolução do Plano e deliberar sobre eventuais ajustes estratégicos.

O acompanhamento da implementação do Plano será realizado por meio de um conjunto de indicadores organizados em dois níveis complementares. O primeiro nível corresponde aos indicadores estratégicos, voltados à avaliação dos resultados estruturantes esperados para o setor florestal no horizonte do Plano. Entre os principais indicadores destacam-se a expansão da área de florestas plantadas, com meta de alcançar 700 mil hectares até 2040; a ampliação da área sob manejo florestal sustentável, com meta de atingir 6,5 milhões de hectares; o crescimento das exportações de produtos florestais; a ampliação da comercialização de produtos florestais não madeireiros; e a atração de empreendimentos industriais de alto valor agregado na cadeia da madeira.

O segundo nível corresponde aos indicadores de esforço, destinados a acompanhar o avanço das iniciativas, programas e políticas públicas voltadas ao fortalecimento do setor florestal. Esses indicadores permitem avaliar a mobilização de investimentos, a implementação de programas de fomento florestal, o desenvolvimento de iniciativas de apoio à bioeconomia, a promoção de investimentos industriais e o fortalecimento da governança institucional do setor.

O monitoramento da execução do Plano ocorrerá de forma contínua, com consolidação anual das informações e realização de reuniões anuais da Câmara Técnica de Acompanhamento para análise da evolução dos indicadores e identificação de oportunidades de aperfeiçoamento das ações estratégicas. Os resultados desse acompanhamento poderão ser divulgados por meio de relatórios de progresso e painéis de indicadores, ampliando a transparência e fortalecendo o diálogo com os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento do setor florestal.

O Plano poderá ser revisado em ciclos bianuais, a partir das análises realizadas pela Câmara Técnica e das deliberações do Conselho Gestor do Desenvolve Floresta. Essas revisões permitirão atualizar metas, indicadores e prioridades estratégicas, considerando a evolução do setor florestal, as mudanças tecnológicas, as dinâmicas de mercado e as oportunidades de desenvolvimento sustentável no estado.

Como forma de fortalecer a transparência e a credibilidade da política pública florestal estadual, os resultados do monitoramento do Plano poderão ser divulgados periodicamente por meio de relatórios e instrumentos de comunicação institucional, permitindo que os diferentes segmentos da sociedade acompanhem a evolução das metas e das iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável da economia florestal em Mato Grosso. Ao estabelecer diretrizes, metas e instrumentos de governança para o período até 2040, o Plano Estadual de Desenvolvimento Florestal e Biomassa de Mato Grosso reafirma o compromisso do estado com a promoção de um setor florestal moderno, competitivo e ambientalmente responsável. Mais do que orientar políticas públicas, o Plano busca mobilizar produtores, empresas, instituições de pesquisa e a sociedade para a construção de uma nova etapa do desenvolvimento econômico sustentável de Mato Grosso.

ANEXO I - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO PLANO

A matriz apresentada a seguir sintetiza a relação entre os pilares estratégicos, as diretrizes de atuação, as ações previstas, as metas estruturantes e os indicadores de monitoramento do Plano. Esse instrumento permite visualizar de forma integrada o encadeamento lógico entre os diferentes componentes da estratégia, evidenciando como as iniciativas propostas contribuem para o alcance das metas estabelecidas e para o acompanhamento da implementação do Plano ao longo de seu horizonte de planejamento.

Pilar 1

Meta 1 - Expandir a base de florestas plantadas no Estado para 700 mil hectares até 2040.

Meta 2 - Aumentar a produtividade média dos plantios florestais no Estado até 2040.

Pilar	Diretriz	Ações	Metas Relacionadas	Indicadores
Pilar 1 – Expansão da Base de Florestas	Fortalecimento da Base Científica, Tecnológica e de Inovação do Setor Florestal	Fomento à Pesquisa Aplicada e Melhoramento	Meta 1 e Meta 2	Área plantada (ha); Volume de financiamentos;
		Estruturação de Programas de Proteção e Sanidade	Meta 2	Produtividade; Nº de tecnologias
		Rede Estadual de Pesquisa Florestal	Meta 2	Nº de tecnologias; Produtividade
	Eficiência Produtiva, Modernização das Operações e Qualificação Técnica na Silvicultura	Qualificação e Desenvolvimento de Capital Humano	Meta 2	Nº de profissionais capacitados; Produtividade
		Otimização de Pacotes Tecnológicos e Insumos	Meta 1 e 2	Produtividade; Área plantada
		Fortalecimento da assistência técnica para	Meta 1 e 2	Área plantada; Produtividade
		Programa Estadual de Difusão Tecnológica Florestal	Meta 2	Nº de profissionais; Nº de tecnologias
	Incentivar um Ambiente Regulatório e Econômico Favorável	Programa Novo Polo Florestal	Meta 1	Área plantada
		Adequação e Expansão de Instrumentos de	Meta 1	Volume de financiamentos; Área plantada
		Promover segurança jurídica e aprimorar ambiente	Meta 1	Área plantada; Volume de financiamentos
		Articulação com Entidades Reguladoras	Meta 1	Área plantada
		Promoção Institucional e Atração de Investimentos	Meta 1	Área plantada; Volume de financiamentos
	Fortalecimento Institucional e da Governança do Setor	Promoção Setorial	Meta 1	Área plantada
		Integração e Aprimoramento da Governança Pública	Meta 1	Área plantada
Fortalecimento da articulação do setor florestal		Meta 1 e 2	Área plantada; Produtividade	

Meta 3 - Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6,5 milhões de hectares até 2040.

Meta 4 - Aumentar em 30% o volume das exportações de produtos de origem florestal sustentável até 2040.

Meta 5 - Aumentar em 30% a comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) provenientes de áreas sob manejo florestal sustentável até 2040.

Pilar	Diretriz	Ações	Metas Relacionadas	Indicadores
Pilar 2 – Fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável	Fortalecimento da Capacitação Técnica e da Assistência ao Manejo Florestal Sustentável	Programa de capacitação em identificação botânica	Meta 3	Área manejada; Volume de madeira
		Formação de romaneadores e treinamento no SISFLORA	Meta 3 e 4	Área manejada; Volume exportado
		Fortalecimento de Assistência Técnica ao Manejo Florestal Sustentável	Meta 3	Área manejada
	Valorização e Promoção do Manejo Florestal Sustentável	Campanhas de valorização do manejo florestal sustentável	Meta 4	Volume exportado; Nº de mercados
		Divulgação de boas práticas do setor	Meta 4	Volume exportado
		Estímulo ao consumo de produtos do manejo	Meta 4 e 5	Volume exportado; PFNM
	Acesso ao Financiamento e Inovação Tecnológica no Manejo Florestal Sustentável	Ampliação de linhas de crédito para PMFS	Meta 3	Área manejada
		Estratégias para redução de custos do manejo	Meta 3	Área manejada
		Fomento à inovação tecnológica no manejo	Meta 3 e 4	Área manejada; Volume exportado
	Consolidação e Expansão de Planos de Manejo Florestal Sustentável	Apoio à continuidade de planos de manejo existentes	Meta 3	Área manejada
		Estímulo à elaboração de novos PMFS	Meta 3	Área manejada
		Diagnóstico Territorial para Expansão do Manejo	Meta 3	Área manejada
	Otimização e Padronização dos Processos do Manejo Florestal Sustentável	Padronização de procedimentos administrativos	Meta 4	Volume exportado
		Simplificação de processos de exportação	Meta 4	Valor exportado; Nº de mercados
Integração e modernização dos sistemas de gestão		Meta 3 e 4	Área manejada; Volume exportado	

Meta 6 - Ampliar o aproveitamento energético e a circularidade de resíduos florestais e agroindustriais.

Meta 7 - Assegurar a segurança de suprimento e a integração logística industrial baseada em biomassa.

Meta 8 - Atrair e implantar no Estado uma indústria de transformação da cadeia florestal de alto valor agregado até 2040.

Meta 9 - Fortalecer a rastreabilidade, certificação e inteligência de dados da biomassa florestal.

Pilar	Diretriz	Ações	Metas Relacionadas	Indicadores
Pilar 3 – Fortalecimento da Cadeia Produtiva Florestal	Aproveitamento Energético e Industrial da Biomassa	Elaboração do balanço estadual de biomassa	Meta 6 e 9	Volume de resíduos; % rastreabilidade
		Incentivo ao uso de biomassa renovável em processos industriais	Meta 7	Energia gerada; Nº indústrias
		Fomento ao aproveitamento da biomassa florestal	Meta 6	Volume de resíduos
		Integração com cadeias agroindustriais geradoras de resíduos	Meta 6, 7	Volume de resíduos; Energia gerada; Nº indústrias
	Desenvolvimento da Bioeconomia Florestal	Fomento a Sistemas Agroflorestais	Meta 5	Volume PFNM
		Fortalecimento das cadeias produtivas de PFNM	Meta 5	Valor comercializado; Nº cadeias
		Incentivo ao beneficiamento e agregação de valor	Meta 5 e 8	Valor comercializado; Volume processado
		Estímulo ao desenvolvimento de bioprodutos e novos materiais	Meta 8	Nº de empreendimentos
	Fortalecimento e Diversificação da Cadeia Produtiva Florestal	Atração de Investimentos e Adensamento Industrial	Meta 8	Nº de empreendimentos
		Abertura e Expansão de Novos Mercados	Meta 4 e 8	Valor exportado; Nº mercados
		Integração Logística de Polos Florestais Industriais	Meta 7 e 8	Nº indústrias; Energia
	Fortalecimento da Inteligência de Dados e da Transparência do Setor	Programa de certificação da biomassa florestal	Meta 9	% rastreabilidade
		Estudos de Viabilidade Econômica da Silvicultura	Meta 1 e 8	Área plantada; Nº empreendimentos
		Programa de Inteligência Territorial da Silvicultura	Meta 1	Área plantada
Sistema Estadual de Informações Florestais		Meta 9	% rastreabilidade; periodicidade	





Federação das
Indústrias no Estado
de Mato Grosso



SEDEC
Secretaria
de Estado de
Desenvolvimento
Econômico

SEMA
Secretaria
de Estado de
Meio Ambiente



Governo de
Mato
Grosso